

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)**

ANDRÉ WILLIAM ALVES DE ASSIS

**CITAÇÕES E SOBRESSEVERAÇÕES: O FUNCIONAMENTO DA
RETOMADA DE FALAS EM NOTÍCIAS *ONLINE***

MARINGÁ - PR
2013

ANDRÉ WILLIAM ALVES DE ASSIS

**CITAÇÕES E SOBRESSEVERAÇÕES: O FUNCIONAMENTO DA
RETOMADA DE FALAS EM NOTÍCIAS *ONLINE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Aparecida Lopes Benites.

MARINGÁ - PR
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

A848c Assis, André William Alves de
Citações e sobreasseverações: o funcionamento da retomada de falas em notícias *online* / André William Alves de Assis. -- Maringá, 2013.
99 f. : il. color., figs.

Orientador: Prof.ª Dr.ª Sônia Aparecida Lopes Benites.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2013.

1. Sobreasseveração - Notícias *online*. 2. Citação - Retomada de falas. 3. Análise do discurso - Notícias *online*. 4. Debate político. 5. Discurso - Político midiático. 6. Manobras - Discurso - Político midiático. 7. Cenografia - Discurso - Político midiático. I. Benites, Sônia Aparecida Lopes, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 21.ed. 410

MN-0000805

ANDRÉ WILLIAM ALVES DE ASSIS

**CITAÇÕES E SOBRESSEVERAÇÕES: O FUNCIONAMENTO DA
RETOMADA DE FALAS EM NOTÍCIAS ONLINE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovado em 26 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Sônia Aparecida Lopes Benites
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof.ª Dr.ª Luciana Salazar Salgado
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

*A minha querida mãe, Edna, por ser exemplo de
força, de garra, de amor em tudo que faz. Tudo que
sou e conquistei na vida devo à mãe maravilhosa
que você é!*

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas merecem meu carinho e meu muito obrigado neste momento:

***minha família**, em especial **minha mãe Edna e minha irmã Fernanda**, pela presença constante, pela compreensão e pelo apoio que sempre me deram. A distância foi uma necessidade, mas*

nunca nos afastou;

***professora Sônia**, minha orientadora, que se mostrou engajada nesse projeto e despertou em mim, pelas discussões e ideias, um grande prazer em desenvolver essa pesquisa que já me rendeu bons frutos. Sônia, você é um presente de Deus em minha vida;*

***professora Luciana e professor Edson**, por aceitarem participar dessa banca e pelas valiosas contribuições para este (novo) trabalho;*

***René**, pela companhia, pela paciência, pelo ombro amigo, pela força;*

***Raquel Mareco**, pelas produções em coautoria, pelos desabaços teóricos, pelas longas conversas no Skype, e pelo presente que é a sua amizade;*

***Fátima**, pela paciência das muitas conversas ao telefone, pelas leituras sempre eficientes, pela amizade duradoura;*

***Patrícia**, pelo carinho, pela companhia, por ter acompanhado todas as fases dessa minha caminhada acadêmica;*

***Adélia e Rosilene**, duas grandes amigas, pelo carinho e pela amizade gostosa que cultivaremos para sempre;*

***professores, funcionários e amigos do PLE**, todos fizeram parte dessa trajetória.*

Deus, por estar sempre ao meu lado, por colocar todas essas pessoas em meu caminho e por me permitir 'a delícia de viver cada etapa no momento certo'.

“Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada.”
(MAINGUENEAU, 2011a, p.85).

RESUMO

A definição do que pode/deve circular em campanhas eleitorais é uma necessidade tanto midiática quanto política: a mídia enfrenta questões impostas por seu público-leitor e é pressionada por limitações de espaços gráficos, e pela agilidade exigida na (re)produção dos acontecimentos; a política, ao operar um discurso de ideias e poder, por meio de seus atores, propõe, reivindica, denuncia, obedecendo sempre a uma lógica que produz efeitos de verdade. Nesse contexto, voltamos nosso olhar para a análise das notícias *online* baseadas em relatos de fala. Essas notícias mostram-se ricas em sobreasseverações, conceito que, de acordo com Maingueneau (2008a) implica o destaque feito pelo próprio locutor do texto-fonte, geralmente sob forma de pequenas frases, a propósito de síntese ou generalização. Não raro, no funcionamento midiático, o lugar de sobreasseverador é imputado a um locutor que não efetuou aquele destaque no texto-fonte. Mais comum, ainda, é o enunciado sobreasseverado no texto-fonte ser submetido a alterações de diversas ordens. Com o objetivo de identificar casos em que uma sobreasseveração é atribuída, à revelia, a um locutor, e categorizar as manobras discursivas visíveis nas sobreasseverações, analisamos a forma como são relatados os debates político-televisivos da Rede Bandeirantes e da Rede Globo, do segundo turno das eleições de 2010, em sete veículos *online*: Carta Capital, Correio Braziliense, Band, Época, Uol, Veja e Terra. Metodologicamente, em um primeiro momento, gravamos e transcrevemos as falas dos debates. Em seguida, confrontamos essas transcrições com as notícias *online*, tabulamos as sobreasseverações e efetuamos nossa análise, com base na proposta teórica de Maingueneau (2008a). O referencial teórico em que nos ancoramos envolve, além de Maingueneau (2008a), Krieg-Planque (2011a), e estudiosos do Centro de Pesquisa Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise (FEsTA), entre outros que pesquisam conceitos fundamentais para análise do funcionamento discursivo/midiático das notícias *online*. Nossos resultados indicam a existência de dois tipos de manobras discursivas propiciadas pela construção da notícia *online*: o primeiro se evidencia em um processo de síntese; o segundo implica diversos graus de alteração na (re)produção de sentidos. Concluimos que as manobras que incidem sobre a construção das notícias *online* implicam a modificação de contextos/frases/pessoas gramaticais, fazendo com que os destaques movimentem, silenciem, incluam, invertam sentidos que recenografam os debates político-televisivos.

Palavras-chave: sobreasseveração, citação, destacamento, debate político, notícia *online*, manobras discursivas.

ABSTRACT

Defining what may or what should be broadcasted in electoral campaigns is a social and political medium requirement. The social media have to face issues imposed by the reading public and are restricted by space limitations and by fastness in the (re)production of events. When politics performs a discourse in ideas and power through its agents, it proposes, vindicates and denounces, complying with a logic that produces truth effects. The analysis of online news based on speech reports will be undertaken within the above context. News are highly rich in overstatements which, according to Maingueneau (2008a), insist on the underscoring by the interlocutor of the source-text, generally in short phrases, for the sake of synthesis or generalization. Within the context of social media functioning, overstatements are often ascribed to an interlocutor who did not give that special emphasis as reported in the source-text. It is often the case that the underscored enunciation in the source-text undergoes several changes and modifications. An analysis will be thus undertaken on the manner the reports of Bandeirantes and Globo TV-transmitted political debates on the second round of the 2010 Brazilian elections were reproduced in seven online newspapers *Carta Capital*, *Correio Braziliense*, *Band*, *Época*, *Uol*, *Veja* and *Terra*. The speeches of the debates were first recorded and transcribed. The transcriptions were then compared with the online news; the overstatements were tabulated and analyzed according to the theoretical suggestions by Maingueneau (2008a), coupled to the theories by Krieg-Planque (2011a) and scholars of the Research Center Formulas and Stereotypes: Theory and Analysis (FEsTA) and others researching basic concepts for the analysis of discursive/social media functioning on online news. Results show two types of discursive maneuverings through the construction of online news: the first is a synthesis process and the second implies different degrees of changes in the (re)production of meanings. Maneuverings used in the building of online news imply the modifications of contexts, phrases and grammatical subjects in such a way that the underscorings displace, silence, include and invert meanings that remake the scene of the TV political debates.

Keywords: overstatements, quotes, emphasis, political debate, online news, discursive maneuverings.

LISTA DE FIGURAS

Figuras:

Figura 1. Enunciações aforizante e textualizante.	28
Figura 2. Participantes do debate.....	50
Figura 3. Cenário da BAND.....	52
Figura 4. Cenário da GLOBO.....	52
Figura 5. Layout de uma notícia <i>online</i>	57

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
-------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

NOVAS E ANTIGAS PROBLEMÁTICAS EM ANÁLISE DO DISCURSO	18
---	-----------

1.1 A heterogeneidade constitutiva da maquinaria midiática.....	18
1.2 A citação: um caso de heterogeneidade mostrada.....	23
1.3 A sobreasseveração: heterogeneidade constitutiva com ares de mostrada.....	27
1.3.1 Sobreasseveração, cenografia e <i>ethos</i>	33
1.3.2 Sobreasseveração e silenciamento	41
1.3.3 Sobreasseveração e pequenas frases	44

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	48
--	-----------

2.1 O debate político na TV.....	48
2.2 Dois programas, um debate	50
2.3 A notícia online	54
2.4 Fala e escrita	62

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DAS CITAÇÕES E SOBRESSEVERAÇÕES EM NOTÍCIAS <i>ONLINE</i>.....	66
---	-----------

3.1 Manobras sintetizadoras da enunciação	68
3.1.1 Título sintetizador de uma posição	68
3.1.2 Interpretação da fala do ator político	71
3.1.3 Aproximação de duas frases	74
3.2 Manobras de alteração do sentido	75
3.2.1 Discurso direto e indireto.....	75
3.2.2 Ampliação ou inclusão de informações	77
3.2.3 Omissão/Exclusão.....	80

3.2.4	Inversão do tom	82
3.2.5	Substituição de palavras ou frases	84
3.2.6	Referência à unidade partidária	85
3.2.7	Transformação de declaração em interrogação.....	86
3.2.8	Topicalização	88
3.2.9	A construção/manutenção da cenografia na notícia <i>online</i>	89
3.2.10	Circulação de pequenas frases	91
 CONSIDERAÇÕES FINAIS		94
 REFERÊNCIAS		96

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É cada vez mais perceptível a crescente imbricação entre os campos político e midiático, cujas relações mútuas definem o que pode/deve circular. A política, ao operar um discurso de poder, propõe, reivindica, denuncia, obedecendo sempre a uma lógica que produz efeitos de verdade; a mídia, não raro, manobra o discurso político, por meio de diferentes processos e agentes, que compõem uma sofisticada maquinaria discursivo-midiática, implicados na seleção, produção, manutenção, circulação e recepção do material veiculado.

Dessa forma, as campanhas eleitorais adquirem um nítido caráter de espetáculo político, centrado na construção e na circulação da imagem do candidato. Os pronunciamentos dos atores políticos, com certa frequência, dão destaque a fragmentos enunciativos curtos e singulares, destinados à repetição, que, estrategicamente situados em final de texto ou de parágrafo, condensam uma “tomada de posição”. Trata-se da sobreasseveração, modalidade sobre a qual Maingueneau (2006, p. 77) assim se manifesta:

Para [...a marcação] - pela qual o autor [do texto-fonte] distingue um fragmento como destacável, que de algum modo o formata para uma virtual retomada citacional -, não podemos falar de citação nem de embrião de citação: é apenas um ato de enfatizar que se opera em contraste com o resto dos enunciados [...].

Similarmente ao que acontece aos relatos de fala, as retomadas das sobreasseverações pelos textos noticiosos apresentam, em maior ou menor grau, frequentes torções, alterações que sintetizam, ampliam, diminuem ou simplificam a enunciação-fonte. Nosso objeto de estudo neste trabalho são exatamente essas manobras discursivas, que também incidem sobre as citações em discurso direto ou indireto, e se relacionam ao posicionamento do veículo que coloca em circulação o evento enunciativo. Nosso recorte privilegia as notícias *online* sobre dois debates político-eleitorais televisivos, postas a circular pelos veículos Carta Capital, Correio Braziliense, Band, Época, Uol, Veja e Terra.

O fenômeno que pretendemos abordar já foi tratado, de maneiras variadas, por consagrados discursos sobre citação, discurso relatado, discurso direto, entre outros. Por

isso, com o intuito de dar algum tipo de contribuição, propomo-nos pensar a configuração discursiva da retomada da sobreasseveração, a partir dos desdobramentos da Análise do Discurso (AD), que concebem: a) a língua como constitutivamente opaca e polissêmica e não como transparente; b) os sujeitos como clivados, e não unos; c) os textos como marcados pela heterogeneidade e pela alteridade constitutivas de todos os dizeres; d) a interpretação como um trabalho, já que as palavras não têm sentidos unívocos.

Dentro da Análise do Discurso de linha francesa¹, o trabalho contempla os estudos de Authier-Revuz (1982, 1990, 2004) sobre heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada, baseados na concepção do duplo dialogismo bakhtiniano e na abordagem psicanalítica do sujeito. Mas, a pesquisa ancora-se, sobretudo, nos trabalhos de Dominique Maingueneau, autor que se diferencia de outros analistas do discurso franceses, por:

a) ser, talvez, dentre eles, o que tem mais sólida formação linguística, “sem contar sua formação em filologia e em campos como a pragmática e a linguística do texto, nos quais navega com familiaridade” (POSSENTI, 2009, p. 65), o que lhe permite conhecer e reinterpretar o que fazem outros campos²;

b) ver o discurso em todos os aspectos do texto, fundado, portanto, em sua materialidade efetiva. Embora tenha clareza de que, em AD, analisam-se discursos e não textos, quando se depara com um fenômeno textual, Maingueneau não desdenha “o fato de que se trata de uma questão textual [...] não foge do termo, da metalinguagem, como se ela contaminasse a teoria. Ao contrário, dá-lhe um tratamento explícito em termos de AD” (POSSENTI, 2009, p. 75);

c) vir se dedicando, há quase três décadas, à formulação de uma série de conceitos articulados, com o objetivo de compor um corpo teórico que permita abordar o aparecimento e a circulação de uma grande diversidade de materiais linguísticos. Dentre esses conceitos, mencionamos: cena enunciativa, *ethos* discursivo, destacabilidade, aforização, sobreasseveração, que remetem a “um novo modo de fazer

¹ Não faremos um percurso histórico da Análise do Discurso, porque não nos interessa neste trabalho esse resgate. O leitor que julgar essa retomada necessária pode recorrer a diversas produções (artigos, dissertações, teses, livros, etc.) nos últimos anos sobre as fases da Análise do Discurso.

² Conforme Possenti (1996), seria no mínimo estranho que uma disciplina como a AD, que dialoga com todas as outras ciências sociais, não pudesse dialogar justamente com a linguística.

Análise do Discurso: são propostas noções e categorias de análise que afetam a discursividade para além da relação direta entre a língua e a história” (SOUZA-E-SILVA, 2012, p. 99).

A consideração da materialidade linguística constitutiva das sobreasseverações nos direciona para manobras linguísticas que são, antes de mais nada, pragmáticas em seu uso, lembrando que, para Maingueneau (1996, p. 3),

[...] existe pragmática linguística quando se considera que a utilização da linguagem, sua apropriação por um enunciador que se dirige a um interlocutor num contexto determinado, não se acrescenta de fora a um enunciado de direito autossuficiente, mas quando a estrutura da linguagem é radicalmente condicionada pelo fato de ser a linguagem mobilizada por enunciações singulares e produzir um certo efeito dentro de um certo contexto, verbal e não-verbal.

Isso não significa que o estudo aqui proposto deixe à margem da análise fatores históricos, que evidenciam o funcionamento dos diferentes discursos que emergem em nossa sociedade. Enfatizamos, contudo, a importância do material linguístico que compõe as sobreasseverações, pois ignorá-lo implicaria deixar de explicar “os sentidos envolvidos, os fatores cruciais envolvidos em sua produção, as regras envolvidas em cada uma das interpretações, as estruturas alternativas que estão ‘escondidas’ em uma mesma sequência, etc.” (POSSENTI, 1996, p. 80).

As manobras efetuadas sobre as sobreasseverações presentes no *corpus* de análise decorrem do fato de que o discurso mantém com outro discurso uma relação polêmica, devido à interincompreensão, conceito mobilizado por Maingueneau (2008a). Esta, como esclarece Possenti (2009, p. 24),

não tem nada a ver com má vontade ou incompetência dos adversários mútuos, mas com uma característica dos discursos que brevemente pode ser assim formulada: cada discurso só pode ver o outro como um simulacro. [...] o que essa tese propõe é que todos os que têm acesso a um discurso ‘de fora’ compreendem-no ‘erradamente’ - porque o compreendem a partir de sua própria posição e não da posição dos enunciadorees daquele discurso (o que implica, entre outras coisas, que para ler não basta ter acesso ao texto).

Nesse contexto, propomos como objetivo geral deste trabalho analisar o tratamento dado a sobreasseverações e relatos de fala veiculados por notícias da mídia

digital, a partir do confronto entre: a) os debates televisivos entre os candidatos presidenciais Dilma Rousseff e José Serra, veiculados pelas emissoras da Rede Bandeirantes (BAND) e Rede Globo (GLOBO), no segundo turno das eleições para presidência do Brasil, do ano de 2010; b) notícias de jornais *online* sobre o referido debate, veiculadas pelos sites de Carta Capital, Correio Braziliense, Band, Época, Uol, Veja e Terra.

Os objetivos específicos consistem em:

- Verificar se as sobreasseverações estão realmente no enunciado-fonte ou se foram a ele atribuídos pelo site que as relata e comenta.
- Descrever os recursos utilizados para alterar as sobreasseverações e os relatos de fala nas notícias *online*, e, dessa forma, recenografar os debates político-televisivos;
- Categorizar as alterações a que sobreasseverações e citações são submetidas, no texto noticioso.

A pesquisa inicia-se pela delimitação do material teórico e de nossa posição em relação ao conceito de sujeito, nos termos de Maingueneau (2008), que mobiliza o conceito de competência discursiva, referente a um saber e agir sobre a língua que “permite esclarecer um pouco a articulação do discurso e a capacidade dos Sujeitos de interpretar e de produzir enunciados que dele recorram” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 52).

Metodologicamente, descrevemos, inicialmente, os debates e levantamos as ocorrências de alterações nas citações e sobreasseverações das notícias *online* que nos servem de *corpus*. Posteriormente, tabulamos as ocorrências de alterações sobre um mesmo excerto dos debates político-televisivos. Na análise, verificamos, com especial atenção: se as sobreasseverações foram mesmo construídas na enunciação-fonte ou se foram a ela atribuídas pelo texto da notícia; que sentidos essas escolhas silenciam e significam; se a cenografia e o *ethos* sustentam a circulação desses enunciados; se há mudanças de tom entre as notícias veiculadas sobre um mesmo excerto/recorte; se as alterações efetuadas nas sobreasseverações e citações evidenciam o posicionamento dos veículos midiáticos. Sinteticamente, observamos como esses conceitos produzem sentido em torno de citações e de sobreasseverações, e procuramos categorizar as manobras que cada recorte faz emergir.

O referencial teórico em que nos ancoramos assenta-se nos estudos de autores como Maingueneau (1996, 1997, 2006, 2008a, 2008b, 2008c, 2010, 2011a, 2011b, 2011c), Krieg-Planque (2011a, 2011b), e em estudiosos do Centro de Pesquisa *Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise* (FEsTA), entre outros que levantam conceitos fundamentais para a pesquisa proposta.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, levantamos uma discussão em torno da heterogeneidade da maquinaria midiática, que coloca fatos em circulação por meio do jornalismo *online*. Nesse processo, as alterações nas citações e sobreasseverações se manifestam como prática discursiva dessa maquinaria. Para observar esse fenômeno, no funcionamento dessa máquina, reunimos novas e antigas problemáticas, como a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada, a citação, a cenografia, o *ethos*, o silenciamento e as pequenas frases.

No segundo capítulo, reunimos informações sobre a constituição e as condições de produção de nosso *corpus*, formado por dois debates televisivos do segundo turno das eleições à presidência, e por notícias *online* que versam sobre esses debates. Levantamos informações específicas sobre esses dois gêneros, além das características da fala e da escrita, importantes no processo da sobreasseveração e da construção da notícia *online*.

No terceiro capítulo, apresentamos nossa análise e nossas possíveis contribuições em torno dessa reflexão sobre o funcionamento das citações e sobreasseverações em notícias *online*.

CAPÍTULO 1

NOVAS E ANTIGAS PROBLEMÁTICAS EM ANÁLISE DO DISCURSO

A produção da notícia *online* insere-se em toda uma maquinaria discursivo-midiática que envolve o universo da mídia e seus diversos campos. As notícias *online* que nos servem de *corpus* versam sobre relatos de fala de dois candidatos à presidência da República, durante dois debates televisivos do segundo turno das eleições de 2010. Na atribuição do dizer ao outro, intervêm fatores e atores diversos, todos eles sistemicamente inter-relacionados no que chamaremos de engrenagem ou maquinaria midiática.

A notícia *online*, produto dessa maquinaria, faz emergir antigas questões que se problematizam em torno de citações, silenciamento, heterogeneidade constitutiva e mostrada, que já há certo tempo têm despertado interesse de muitos pesquisadores. Essa maquinaria também faz emergir novas problemáticas que não existiam quando a Análise do Discurso foi idealizada. Exemplo disso são as sobreasseverações, as cenas da enunciação, o *ethos* discursivo³, as aforizações e as pequenas frases.

Neste capítulo, discutimos algumas dessas novas e antigas problemáticas, que acreditamos estar diretamente relacionadas ao fio condutor de nossa pesquisa: o funcionamento das citações e sobreasseverações nas notícias *online*.

1.1 A heterogeneidade constitutiva da maquinaria midiática

Os dados a serem analisados neste trabalho situam-se no campo do jornalismo *online*, especificamente no gênero⁴ notícia, cuja produção se insere na maquinaria discursiva que envolve o universo da mídia⁵. As notícias focalizadas tematizam relatos

³ Não ignoramos os estudos sobre *ethos* retórico, realizados desde a antiguidade, nem tampouco o *ethos* retórico argumentativo, mas tratamos aqui do *ethos* discursivo, conforme abordado por Maingueneau (2011a).

⁴ Gêneros discursivos compreendidos na perspectiva de Bakhtin (2003) como enunciados relativamente estáveis em suas proporções discursivas e dialógicas determinadas sócio-historicamente.

⁵ Uma vez que “cabe ao analista definir, em função de seus objetivos, os recortes genéricos que lhe parecem pertinentes” (MAINGUENEAU, 1997, p. 35), consideramos, metodologicamente, a mídia como universo, o jornalismo *online* como campo e as notícias *online* como gênero.

de fala dos candidatos à presidência da República, durante dois debates televisivos do segundo turno das eleições de 2010. Embora mobilizemos também o gênero debate político-televisivo, enquanto acontecimento sócio-histórico, o foco do trabalho são as notícias *online* que os relatam.

A compreensão do funcionamento da notícia referente à atribuição a outrem de um dizer, seja ela impressa ou *online*, pressupõe que se leve em conta o funcionamento dessa maquinaria discursivo-midiática em que intervêm fatores e atores diversos, sistemicamente inter-relacionados e envolvidos na obtenção, triagem, interpretação e circulação das informações. Trata-se de um processo similar ao da cadeia, detectada por Salgado (2011, p. 22), na chamada Lei do Livro⁶, que trata da autoria, edição, distribuição, comercialização e difusão do livro. E, tal como aquela, “envolve coletivos complexos, etapas distintas de trabalho, uma diversidade de colaborações” (*idem*).

Analisando especificamente o tratamento editorial dos textos, a autora empresta de Maingueneau o termo “ritos” para denominar “o conjunto de procedimentos sistemáticos destinados a consagrar certas práticas”. Esses ritos são “genéticos”, uma vez que se referem à “gênese, em termos discursivos, como convergências históricas que se condicionam e, assim, estabelecem uma orientação semântica” (SALGADO, 2011, p. 23).

As características dos discursos resultantes da maquinaria midiática, como de resto de qualquer discurso, devem-se à natureza da linguagem, constitutivamente heterogênea. Para abordar convenientemente nossos dados, faz-se imprescindível a compreensão desse conceito, desenvolvido por Authier-Revuz (1982, 1990, 2004), e que caracteriza a assim denominada terceira fase da AD. Na perspectiva da autora, sujeito e discurso são construtivamente heterogêneos; a homogeneidade não passa de ilusão.

Authier-Revuz (1982) fundamenta seu conceito de heterogeneidade discursiva nos estudos de Bakhtin sobre o dialogismo e na abordagem psicanalítica do sujeito. Para a autora, o discurso é heterogêneo uma vez que é “constitutivamente atravessado pelos 'outros discursos' e pelo 'discurso do Outro'. O outro não é um *objeto* (exterior; *do qual se fala*) mas uma condição (constitutiva, *pela qual se fala*)” (p. 140).

⁶ Lei Federal 10.753, promulgada em 31 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro.

O conceito de heterogeneidade constitutiva deve-se ao fato de que o outro “é sempre onipresente e está em toda a parte” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21). Nesse sentido, o discurso é sempre heterogêneo porque comporta, constitutivamente no seu interior, outros discursos. Ao citar Todorov (1981), Authier Revuz (2004, p. 25) reforça que “olhando no interior de si, ele [o sujeito] olha nos olhos dos outros, ou através dos olhos dos outros” (inserção nossa).

Graças à ilusão que o caracteriza, o sujeito psicanalítico considera-se fonte primeira de seu discurso. Ele tem a ilusão de que seu discurso é homogêneo, não identificando a presença do “discurso do Outro” e dos “outros discursos” na construção do “seu”. Embora a percepção da heterogeneidade constitutiva seja ignorada pelo sujeito, que não tem consciência dessa alteridade, há situações em que esta é percebida e dada a perceber.

Nesses casos, por meio de marcas da presença do outro no discurso, opera-se a separação entre o que o sujeito diz e o que o outro diz. Trata-se dos casos de heterogeneidade mostrada, que pode ser: i.) marcada, isto é, visível na materialidade linguística, como acontece com o uso das aspas nas notícias *online*, em que “o locutor dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12), instituindo, ao mesmo tempo, que todo o restante do discurso emana dele próprio; ii.) não marcada, ou seja, não evidenciada na ordem do discurso, como nas situações de ironia e de discurso indireto livre.

Uma vez elaborado o resgate da teoria da heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz, voltamos à questão da organização da máquina midiática que também é heterogênea na sua constituição e em suas práticas. Essa maquinaria engloba as práticas de jornalistas e de grande número de profissionais relacionados à produção da notícia, o meio (digital, impresso, radiofônico, televisivo...), os motivos que levam à produção da notícia (novidade, relevância, contingente de pessoas atingidas⁷ pelo acontecimento), suas diferentes etapas de circulação e atividades não profissionais, como o caso de leitores, que comentam as notícias, por exemplo⁸.

⁷ O público alvo da notícia *online*, os “usuários” (BERTRAND, 1999), são sujeitos que a mídia *online* intenciona alcançar com seus materiais, ou que supostamente compreendem um todo definido como “público alvo”, afetos de um ou outro meio de comunicação (assinantes ou leitores de uma revista ou jornal, telespectadores, ouvintes ou internautas).

⁸ No caso da mídia *online*, esses comentários assumem especial relevância, uma vez que a resposta do leitor é imediata e tem reflexos na (re)construção do texto e em suas formas de recepção.

Porém, quem assegura, em maior parte, a saúde financeira da mídia são os anunciantes, que também pertencem à engrenagem midiática. Seu investimento financeiro não se relaciona somente com a publicização de uma propaganda, de uma marca, de um projeto, etc. Por ser a base financeira da maquinaria midiática, os anunciantes muitas vezes “fazem pressão sobre a mídia, de diversas maneiras, para que esta apague a fronteira entre anúncio e informação” (BERTRAND, 1999, p. 44), controlando-a, manipulando-a, fazendo-se ouvir.

Dessa forma, mesmo que seja dado como o responsável pela informação, o jornalista é apenas um parte da engrenagem midiática. É o que afirma, enfaticamente, Charaudeau (2012, p. 74), para quem “nunca se sabe realmente quem pode responder por uma informação, mesmo quando é assinada por um determinado jornalista”. Com efeito, esse funcionamento das peças da maquinaria é tão sistematicamente organizado que fica difícil saber quem realmente deve responder por ela. O que se pode afirmar é que o jornalista, em sua prática discursiva, não cria as notícias; mas, dá-lhes um tratamento e as coloca em circulação.

Em princípio, podemos afirmar que o responsável pela notícia é o veículo de comunicação, da mesma forma que o responsável pela embalagem de um produto⁹ é a empresa que o fabrica e o comercializa. Tanto é assim, que, em ambos os casos, a empresa é que será processada, no caso de informação falsa ou equivocada. É dela a palavra final sobre a seleção, a organização, o tom e a disposição espacial das informações a serem levadas a público, segundo critérios por ela decididos. Isso não significa que seu discurso seja homogêneo ou uniforme, pois, como vimos enfatizando, envolve setores e profissionais diversos e essa homogeneidade é, na verdade, uma ilusão.

Na consideração da mídia *online* envolvida na produção e na circulação das notícias que compõem nossos dados de análise, parece-nos relevante evocar o conceito de instituição discursiva que, de acordo com Maingueneau (2006, p. 53), remete à fusão dos conceitos de processo e de produto:

O conceito de instituição permite acentuar as complexas mediações nos termos das quais a literatura é instituída como prática relativamente autônoma. Os escritores produzem obras, mas escritores

⁹ Exemplo dado por Possenti (2009, p. 48), a propósito da relação linguagem/sujeito.

e obras são, num dado sentido, produzidos eles mesmos por um complexo institucional de práticas. Deve-se, assim, atribuir todo o peso à instituição discursiva, expressão que combina inextricavelmente a instituição como ação de estabelecer, processo de construção legítima, e a instituição no sentido comum de práticas e aparelhos.

Outro pressuposto fundamental para este trabalho é o “primado do interdiscurso”, pois, de acordo com Maingueneau (2008a), os discursos não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam, de maneira regulada, no interior de um interdiscurso. Daí o princípio da AD de nunca analisar um texto isoladamente, mas relacionado a outros textos, a um autor, a outros textos do mesmo gênero, a outros textos da mesma instituição... Nesse sentido, o primado do interdiscurso de Maingueneau (2008a) se relaciona com a heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz (1990, 2004) uma vez que “amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e o seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 31). Como enfatiza Possenti (2010), a AD privilegia discursos institucionais, de longa duração, nos quais o eventual papel dos sujeitos seja menos relevante.

A maquinaria midiática de que vimos falando, direciona o fazer, a prática dos meios de comunicação¹⁰, define o que e como se pode dizer. Nesse vasto universo midiático, direcionamos um olhar para campo do jornalismo, e, especificamente, para o gênero notícia *online*. Esclarecemos que, embora o adjetivo possa produzir um sentido de novidade para o substantivo notícia, relacionamos intimamente esse gênero com a da notícia em geral, que se insere no campo do jornalismo, pertencente a essa maquinaria midiática. Para que possamos lançar um olhar sobre o funcionamento da notícia *online*, é necessário observá-la em suas condições de emergência, no âmbito social e histórico em que se insere dentro dessa maquinaria.

¹⁰ Em uma perspectiva discursiva, compreendemos Comunicação como “a antecipação das práticas de retomadas, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos” (KRIEG-PLANQUE, 2011b, p. 26).

1.2 A citação: um caso de heterogeneidade mostrada

Vimos que, conforme Authier-Revuz (1982), o sujeito possui a ilusão de ser fonte primeira de seu discurso. Essa ilusão é necessária, segundo a autora. Na leitura da teoria realizada por Salgado (2011, p. 52),

trata-se de entender o quão necessária é a ilusão do sujeito que, a despeito de sempre deixar ver menos ou mais explicitamente a clivagem que há, mostra-se ao apontar seu outro, e assim é que constitui a enunciação.

Percebemos, dessa forma, que as situações em que o sujeito constata a presença do outro em seu discurso e, mais que isso, deseja dar a conhecê-la, como nos casos de heterogeneidade mostrada, servem para confirmar mais a ilusão de que todo o restante do discurso emana dele próprio. Em outras palavras, ao mostrar que a presença do outro está em um trecho, o locutor sente como se os lugares não mostrados lhe pertencessem. Uma das formas de mostrar (e marcar) a presença do outro em um discurso é atribuir a fala a outrem.

A retirada de um enunciado de seu lugar de origem, no caso o debate político-televisivo, para figurar como recorte de uma notícia *online*, faz parte do funcionamento midiático que põe em circulação notícias na *web*. O destaque às palavras do outro propicia um efeito de objetividade, geralmente perseguido pelos órgãos de comunicação. Contudo, não nos esqueçamos de que essa citação está “inscrita no funcionamento da máquina midiática”, sendo, portanto, constitutivamente heterogênea (MAINGUENEAU, 2008a, p. 83).

Há notícias que são quase inteiramente construídas por relatos de fala¹¹; é o caso das notícias *online* que nos servem de *corpus*, que relatam o debate político eleitoral entre Dilma Rousseff e José Serra. Esses relatos possuem características formais específicas, conforme se trate de discurso direto (provocando um efeito de teatralização de uma enunciação), ou de discurso indireto (com efeitos de interpretação).

Em sua forma canônica, o discurso indireto provê a mediação entre as duas instâncias discursivas, a que cita e a que é citada, pelo emprego da conjunção “que” e

¹¹ Compreendemos que notícias tratam fatos. De acordo com Lage (p. 26), notícia pode ser concebida como “relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante”. No caso de nosso *corpus*, esses fatos são relatos de fala.

pela acomodação dos dêiticos pessoais, espaciais e temporais. O discurso direto, por sua vez, supostamente reproduz a fala, colocando-a entre aspas ou precedida de travessão. Ambos os procedimentos de citação podem ser caracterizados como casos de heterogeneidade mostrada marcada.

Recortar um excerto de fala e inseri-lo em uma notícia *online* é um processo que faz parte do funcionamento da maquinaria midiática. Como postula Charaudeau (2012, p. 76), “toda informação retirada de seu contexto de origem e transportada para um outro é suscetível de sofrer modificações”, processo bastante visível na retomada de enunciados que, por esse motivo, pode ser considerado também como integrante dessa máquina que produz notícias *online*.

Nessa produção de notícias que colocamos em pauta, o discurso relatado é um recurso afetado pelas condições de produção da notícia, na conjugação do ciberespaço com a tevê. Essa forma de relatar traz um efeito de sentido de verdade, uma vez que promove no dizer um distanciamento entre o que é apresentado (a notícia), e quem a (re)produz (o veículo midiático). Trata-se, nas palavras de Maingueneau (1997, p. 85) da “[...] aparição de um segundo ‘locutor’ no enunciado atribuído a um primeiro ‘locutor’”.

Estreitamente relacionada às formas de discurso relatado está uma outra concepção de Authier-Revuz (1990): a diferença entre apenas mencionar (autonímia) e mencionar e usar o discurso alheio (conotação ou modalização autonímica). A modalização autonímica se manifesta em uma grande variedade de categorias e construções comentadoras da fala daquele que cita, entre elas está o uso de marcas tipográficas, como as aspas, o itálico, as reticências, os parênteses e o travessão duplo¹².

No aspeamento autonímico, “a heterogeneidade constitui um fragmento mencionado, entre os mecanismos que faz uso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29); essa inserção é acompanhada de uma ruptura sintática. O aspeamento em modalização autonímica¹³ é particularmente interessante para o estudo das alterações operadas nas sobreasseverações, “visto que toca a estrutura enunciativa, participa da heterogeneidade discursiva, e permite, entre outras coisas, refinar a abordagem dos discursos citados e

¹² Maingueneau (2008a) aponta casos em que: tais modalizações indicam uma distância entre coenunciadores; o enunciador alude a um outro discurso dentro de seu próprio; o enunciador indica que as palavras empregadas não correspondem exatamente à realidade que deveriam designar; o enunciador aponta para o fato de que o sentido das palavras é ambíguo.

¹³ Ou conotação autonímica (Authier-Revuz, 1990).

abordar os fenômenos dialógicos” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 84). Nessa modalidade, “o fragmento mencionado é ao mesmo tempo o fragmento do qual se faz uso” (*idem*). Diferentemente dos casos de autonomia, esse tipo de modalização é

integrado à cadeia discursiva sem ruptura sintática: de estatuto complexo, o elemento mencionado é inscrito na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo que, pelas marcas, que neste caso são redundantes, é remetido ao exterior do texto. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29)

O aspeamento atrai a atenção para o fragmento que o contém: “em contexto, as aspas podem, portanto, tomar significações muito variadas” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 66). Por esse motivo, enunciados construídos pela lógica do discurso direto e com o emprego de modalizações autonímicas, no processo de citação das notícias *online*, podem produzir sentidos diferenciados em relação às sobreasseverações dos debates político-televisivos, texto-fonte de onde foram destacados.

Na produção discursiva da notícia *online*, esses recursos gráficos operam a separação entre o discurso que é citado e o discurso que cita. Trata-se de uma manobra midiática, um recurso que designa “a linha demarcatória que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu exterior” (BENITES, 2002, p. 61).

O discurso direto aparentemente exime o veículo de informação da responsabilidade do dizer, pois, conforme Maingueneau (2011a, p. 140), “simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado”. O efeito de sentido é o de fidelidade na reprodução da fala do outro e o “aspeamento reforça a delimitação, ao assinalar graficamente a mudança de locutor” (ROMUALDO, 2003, p. 235).

Ao inserir um enunciado entre aspas dentro de uma notícia, insere-se a voz alheia dentro do discurso “próprio”. O destaque de uma fala dentro da notícia *online* perpassa um processo de escolha de quem cita, revelando uma tomada de posição em relação ao que é citado. Esse procedimento só é possível devido à competência discursiva do sujeito, conceito desenvolvido por Maingueneau (2008b), para se referir à “aptidão, historicamente definida, de um sujeito para produzir e interpretar enunciados

que decorrem de uma formação discursiva determinada (concebida em termos de posicionamento)”. Em outras palavras, essa competência implica:

- ser capaz de reconhecer enunciados como ‘bem formados’, isto é, que pertencem a sua própria formação discursiva;
- ser capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa formação discursiva;
- reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formação (ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro;
- interpretar, traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições (MAINGUENEAU, 2008b, pp. 56-57).

Para aqueles que possam se surpreender com o fato de as considerações do autor envolverem aspectos cognitivos, tidos como incompatíveis com a natureza do discurso, Maingueneau (2008a, p. 55), tomando como exemplo a prática do pastiche (que supõe “uma certa competência”, decorrente da familiaridade com esses textos), esclarece que:

é preciso não confundir duas coisas: a estrutura do conteúdo dessa competência e suas condições formais de possibilidade. É evidente que o conteúdo dessa competência (isto é, as categorias semânticas consideradas através do sistema que as articula) é historicamente determinado e que os Sujeitos não escolhem ‘livremente’ seus discursos, mas falta explicar que esse discurso [...] possui as propriedades de estrutura correspondentes a esse estatuto. É esse último aspecto que nos interessa aqui.

Nesse sentido, podemos concluir que o aspeamento não confere ao gênero notícia *online* o distanciamento buscado; tampouco atribui efeito de imparcialidade aos veículos envolvidos. A operação do recorte no texto de outrem e sua inserção em outro momento enunciativo expõe a heterogeneidade do discurso e o insere em um ou outro posicionamento.

Considerando que aspear é comentar, as sobreasseverações envolvidas nesse processo de aspeamento são frequentemente objeto de interferências, ênfases, alterações, torções, geralmente inacessíveis ao leitor que não tem acesso ao texto-fonte. Trataremos desse assunto especificamente no capítulo de análise.

Se o discurso relatado é um processo que, conforme Maingueneau (1976, p. 125), evidencia a retirada de “um material já significativo de dentro de um discurso para fazê-lo funcionar dentro de um novo sistema significativo”, a sobreasseveração parece estar inscrita nesse processo que é inerente à notícia *online*. Ainda mais que, conforme o

mesmo autor, (MAINGUENEAU, 1997, p. 86), atribuir ao outro o que se diz, por meio do discurso direto, é uma maneira de “sugerir o que se pensa, sem necessitar responsabilizar-se por isso”.

No processo de selecionar, recortar, produzir a notícia e fazê-la circular, o discurso direto é um recurso bastante utilizado, uma vez que seu uso está relacionado a três necessidades da maquinaria midiática: i.) criar autenticidade, o efeito de sentido de que aquela é a exata transcrição da fala do outro; ii.) distanciar-se ou aproximar-se, na medida em que pode evidenciar uma aceitação ou recusa em relação ao dizer; iii.) mostrar-se objetivo, isento (MAINGUENEAU, 2011a, p.142). Dessa forma, o aspeamento que acompanha o discurso direto

[...] nunca é neutro, mas implica uma tomada estratégica de posição face ao discurso relatado, resultante na aprovação do dito, na sua ridicularização ou na sua negação; [permite ao locutor que cita...] resguardar-se, protegendo de polêmicas porque ‘foi o outro quem disse’, [ou ...] expor-se a elas, pelo enquadramento do pronunciamento alheio numa sequência textual-argumentativa que lhe é sutil ou declaradamente divergente ou convergente. (BENITES, 2002, p. 61)

Os três itens levantados por Maingueneau (2011a), assim como a fala de Benites (2002), permitem-nos observar o recurso de utilização das aspas como manobra relacionada ao uso do discurso direto, que opera “um distanciamento muito variável entre o locutor citante o locutor citado” (BENITES, 2002, p. 57). O uso do discurso direto é uma maneira hábil de dizer o que se pensa sem necessariamente se responsabilizar pelo dizer. A utilização das aspas é a forma de inserção do discurso direto mais frequente na mídia e nas notícias *online*, mas o recorte de um discurso pode também ser marcado pelo uso de itálico e travessão.

1.3 A sobreasseveração: heterogeneidade constitutiva com ares de mostrada¹⁴

Uma das temáticas mais recorrentes na obra recente de Maingueneau é a destacabilidade enunciativa, propiciada por algumas características formais das enunciações “são curtas, bem estruturadas, de modo a impressionar, a serem facilmente

¹⁴ Além das obras referenciadas, o desenvolvimento deste tópico contou com contribuições de discussões realizadas no âmbito do Centro de Estudos FEStA, do IEL/Unicamp.

memorizáveis e reutilizáveis”; são, além disso, “pronunciadas com o *ethos* enfático conveniente” e generalizações “que enunciam um sentido completo”. (2006a, pp. 74-77).

Para tratar convenientemente da destacabilidade e de suas interfaces, aí incluída a sobreasseveração, necessitamos evocar os regimes enunciativos propostos por Maingueneau (2010, p. 13), conforme podemos observar na figura abaixo:

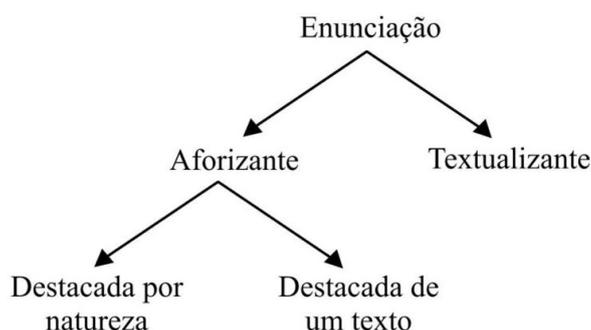


Figura 1. Enunciações aforizante e textualizante.

De acordo com a figura 1, são dois os regimes enunciativos: o aforizante e o textualizante. No regime aforizante inserem-se os enunciados destacados, a aforização em que, conforme Maingueneau (2010, p. 14):

o enunciado pretende exprimir o pensamento de seu locutor, aquém de qualquer jogo de linguagem: nem, resposta, nem argumentação, nem narração, mas pensamento, dito, tese, proposição, afirmação soberana...

No regime enunciativo aforizante, os enunciados tendem a ser mais homogêneos, sem fugas ou mudanças de planos enunciativos. O “aforizador” se expressa como sujeito autorizado, atualizando sempre o “memorável” em retomadas que enunciam uma verdade, uma concepção de vida, uma doutrina, etc., “é uma forma de dizer puro, quase próxima de uma consciência” (MAINGUENEAU, 2010, p.14). Conforme podemos observar na figura 1, a enunciação aforizante se coloca além dos limites impostos por um gênero específico; ela é livre, solta, generalizante, solene,

transita de um gênero para o outro sem prejuízo, carregando consigo um sentido mais ou menos estabilizado,

[...] não há posições correlativas, mas uma instância que fala a uma espécie de ‘auditório universal’ (Perelman), que não se reduz a um destinatário localmente especificado: a aforização institui uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas colocados num mesmo plano. (MAINGUENEAU, 2010, p. 13)

Ao lado das aforizações, enunciados naturalmente “destacados”, pertencentes ao regime aforizante, como as máximas, os provérbios e os slogans, que apresentam autonomia de funcionamento, Maingueneau (2010) identifica enunciados “destacáveis”, isto é, passíveis de serem destacados de um discurso, graças a características como: a posição em que se encontram (final de um capítulo ou de uma obra, por exemplo); o sentido de definição ou generalização que lhe pode ser atribuído; a marca de uma operação meta-discursiva (algo como “em resumo...”, “para concluir...”); a forma sintética e singular. Pertencentes ao regime textualizante, esses enunciados resultam de uma modulação do próprio texto. São as chamadas sobreasseverações.

Os conceitos de sobreasseveração¹⁵ e aforização começaram ser delineados por Maingueneau (2006) na obra “Cenas da Enunciação”, em um texto em que o autor parece estar construindo o raciocínio, elaborando a “teoria”. No último parágrafo do texto, ele chama a atenção para a distinção entre a lógica da sobreasseveração e a lógica da aforização:

Parece-nos preferível não confundir uma lógica de *sobreasseveração* - que faz aparecer uma sequência sobre um fundo textual - e uma lógica de *aforização* (para ser exato, um destaque aforizante), que implica um tipo de enunciação totalmente diferente, uma outra figura do enunciador e do coenunciador, do estatuto pragmático do enunciado. (MAINGUENEAU, 2006, p. 90)

Segundo o autor, ocorre sobreasseveração quando o próprio locutor do texto-fonte marca um trecho como destacável, de alguma maneira: por um conector, por uma

¹⁵ As discussões em torno da concepção de sobreasseveração não são pacíficas nem estão encerradas. O trabalho de edição típico do fechamento de página é visto por alguns como o lugar prototípico de sobreasseveração.

reformulação (“dito de outra forma”, “em suma”), por ser uma frase generalizante em posição final, etc. Dependendo de sua circulação, esse elemento destacável pode tornar-se, posteriormente, destacado, transformando-se em aforização. Nesse caso, haveria coincidência entre os dois processos.

Tomando um exemplo de nosso *corpus*, em um debate com seu adversário, José Serra, ao responder uma pergunta sobre a descriminalização do aborto, a candidata Dilma Rousseff afirmou ao final de sua argumentação: “entre prender e atender, eu fico com atender”. Como locutora do texto-fonte, a debatedora marcou esse trecho como destacável (por seu caráter generalizante e pela posição final no texto). Ao cunhar essa “pequena frase”, um enunciado de fácil circulação, ela antecipou um destacamento, e, assim, produziu uma sobreasseveração. A depender de suas condições de circulação, essa sobreasseveração poderia vir a passar de um enunciado destacável para destacado e transformar-se em uma aforização, como uma citação, uma palavra de ordem, um dito.

Formalmente, a sequência sobreasseverada¹⁶ num texto possui características que a aproximam da aforização. A diferença entre ambas é que as aforizações têm como responsável um “hiperenunciador”, que se encontra em uma instância anônima. Assim, a aforização institui uma cena de fala em que a instância responsável pela enunciação está em um plano distante do enunciador que a evoca.

Maingueneau (2008a, p. 83) relaciona a sobreasseveração, “muito presente nas mídias contemporâneas”, ao fenômeno das pequenas frases, que ele define como “enunciados curtos que, durante um curto período de tempo, vão ser intensamente retomados nos programas de informação”. Conforme o autor, não é possível definir se essas 'pequenas frases' são assim porque os locutores dos textos de origem as quiseram assim, isto é, destacáveis, destinadas à retomada pelas mídias, ou se são os jornalistas que as dizem dessa forma para legitimar seu dizer.

Os locutores-origem se encontram, assim com muita frequência, na posição de sobreasseveradores de enunciados que não foram formulados como tais nos textos. Produz-se, assim, um desacordo essencial entre o locutor efetivo e esse mesmo locutor considerado como sobreasseverador de um enunciado que foi destacado pela máquina midiática: esse sobreasseverador é produzido pelo próprio trabalho da citação. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 84).

¹⁶ O termo é por vezes traduzido por *sobreasserida*.

Isso não significa que a sobreasseveração seja movida por uma intenção, uma vez que, como já vimos, esses textos são um produto coletivo da maquinaria midiática. Dessa forma, o que Maingueneau chama de “locutor do texto-fonte” é a instância tida como responsável pelo texto. O que importa é que a sobreasseveração está no texto-fonte, marcada como um enunciado destacável, que pode ou não ser destacado (aforizado) de fato.

O locutor, nesse sentido, é aquele que fala no texto-fonte, ou seja, a sobreasseveração é um pré-destacamento que já vem no texto-fonte e que, portanto, é de responsabilidade daquele que é tido como “locutor desse texto-fonte” (seja que instância for). Dessa forma, a sobreasseveração, embora atribuída ao locutor citado, num movimento de heterogeneidade mostrada e marcada, tem como responsável toda a maquinaria discursivo-midiática.

Quem faz a manobra de recortar, colar, trocar palavras, etc. é o veículo de notícia que retoma as palavras de Dilma. Evidentemente, há aí diversas ações empíricas. Mas, na circulação discursiva, o sobreasseverador é aquele que é posto assinando a fala que se destacou do texto. Essa imagem discursiva pode vir a ser assumida ou contestada, conforme o locutor-fonte concorde que ele seja aquele sobreasseverador ou afirme que não foi aquilo que falou. Trata-se de uma questão de circulação.

A propósito, a circulação é outra questão discursiva: em determinado posicionamento discursivo (ligado aos direitos das mulheres), a sobreasseveradora (não a Dilma empírica, e sim a Dilma sobreasseveradora) é alguém favorável à vida, que diz algo relevante, como “Não devemos colocar em risco a vida da mulher; a mulher tem direito de optar entre ter filhos ou não e escolher o melhor momento para fazê-lo; o fato de o aborto ser considerado crime marginaliza a mulher, levando-a a praticar o ato sem as mínimas condições de higiene e sem assistência, o que resulta em morte, etc.”. Em outro posicionamento discursivo, ligado ao campo religioso, a sobreasseveradora é vista como alguém contrário à vida, atentando contra a vida: “E onde fica o direito à vida do bebê? Quem é essa mulher desumana que não reconhece os direitos do feto? Não sabe que a vida tem início na concepção?”.

Esse tipo de procedimento não tem nada de novo, pois como já vimos, o discurso direto é uma simulação; não se trata de uma transcrição autêntica, mas de um diálogo construído a partir de um registro. Maingueneau (2012) se refere

especificamente a esse fato, em uma obra ainda inédita no Brasil, explicando que pode acontecer de o lugar de sobreasseverador ser imputado ao locutor do texto-fonte, à sua revelia:

Como nada impede que se destaque de um texto uma sequência que não foi sobreasseverada, os locutores dos textos-fonte se encontram frequentemente como sobreasseveradores involuntários de enunciados que não proferiram como tal. Uma responsabilidade tanto mais problemática quando a análise mesmo superficial mostra que o enunciado destacado raramente é idêntico à sequência a que deveria corresponder no texto-fonte¹⁷. (MAINGUENEAU, 2012)

Também é bastante comum que a autonomização da sobreasseveração frente ao texto de origem promova “uma transformação do enunciado, ou de um ou de outro de seus parâmetros enunciativos, quando ele passa ao paratexto” (MAINGUENEAU, 2006, p. 83). Mesmo nos casos de destacamento fraco, em que os enunciados “mantêm um elo com um texto de origem” não existe necessariamente, fidelidade do texto relatado com o discurso de origem, o que confirma os resultados dos numerosos estudos sobre o discurso direto, que mostram seu caráter de simulação e a intervenção da máquina discursivo-midiática. Essas transformações devem-se ao posicionamento do veículo, e consiste, muitas vezes, em manobras de eliminação de modulações, que reforçam “a autonomia e o caráter lapidar do enunciado”, possibilitando sua sobreasseveração (MAINGUENEAU, 2006, p. 84).

Em uma direção oposta, a dimensão sobreasseveradora pode ser enfraquecida pela marca ostensiva de cortes, sob a forma de reticências entre parênteses. Maingueneau vê nisso “o resultado de um compromisso entre a lógica da sobreasseveração e a necessidade de preservar o *ethos* objetivo, sério do jornal, que não se dá o direito de modificar as falas citadas”. Contudo, em geral, esse *ethos* de objetividade não resiste a uma análise mais atenta, que acaba por demonstrar essa ausência de “fidelidade”.

¹⁷ Les phrases sans texte. Dominique Maingueneau, Armand Colin, 2012. Trad. Sírío Possenti.

Esse posicionamento não pode ser atribuído a um agente específico, uma vez que a produção da notícia é uma atividade conjunta, que não pode ser atribuída a nenhum sujeito empírico. Trata-se de uma elaboração da maquinaria discursivo-midiática, grande organismo que envolve diferentes atores e processos, peças constitutivas de uma engrenagem, cada qual com uma finalidade específica na manutenção e propagação de práticas discursivas. Em outras palavras, a sobreasseveração é um caso de heterogeneidade constitutiva que se apresenta como heterogeneidade mostrada¹⁸.

Em relação à configuração das alterações realizadas em um trecho sobreasseverado, Possenti (2011, p. 39) ressalta: “pode ser abreviado, mas também pode ser reescrito para produzir maior ‘impacto’”, e em graus diferenciados. “É necessário realizar torções relevantes no texto original para formular esses textos de chegada” (p. 49), e a sobreasseveração, que pertence ao regime textual, abre “a possibilidade de uma saída do texto, de uma destextualização” (MAINGUENEAU, 2010, p.11).

Concordando com Maingueneau (2008a, p.83), em que “[...] a citação está inscrita no próprio funcionamento da máquina midiática”, consideramos que os enunciados destacados pelo próprio locutor-fonte, as sobreasseverações, bem como as alterações a que são submetidas, também fazem parte desse funcionamento.

Procurando satisfazer algumas inquietações relativas ao funcionamento desses enunciados, elencamos neste trabalho outras noções que consideramos necessárias para o estudo de seu funcionamento. Dessa forma, abordaremos a seguir alguns conceitos que parecem estar atrelados ao processo de sobreasseveração.

1.3.1 Sobreasseveração, cenografia e *ethos*

Vimos anteriormente que a sobreasseveração está inscrita nas práticas discursivas da maquinaria midiática que envolve a produção de notícias *online*. Os enunciados que perpassam esse processo constroem a notícia, por meio de uma encenação que envolve o discurso relatado. Esses relatos, por sua vez, constroem redes

¹⁸ Esperamos ter deixado claro que toda heterogeneidade é, antes de tudo, constitutiva. A heterogeneidade mostrada decorre da ilusão do sujeito de sentir-se fonte do discurso e de confinar o Outro a um trecho do que julga ser “seu discurso”. Dessa forma, a heterogeneidade mostrada acaba por confirmar a heterogeneidade constitutiva.

de sentidos que compõem essas notícias. Nesse contexto, a situação de enunciação e a cena da enunciação de uma notícia *online* não se confundem.

De acordo com Maingueneau (2006, p. 250), a situação de enunciação, também compreendida como situação de comunicação, considera “o processo de comunicação, de certo modo, ‘do exterior’, de um ponto de vista sociológico”, são as condições de produção de um discurso. Em contrapartida, a cena da enunciação considera o processo de comunicação “‘do interior’, mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola” (*idem*).

Nesse contexto, a cena da enunciação a que Maingueneau (2006) se refere compreende três cenas de fala distintas, que se complementam:

- i. a “cena englobante”, definida pelo tipo de discurso;
- ii. a “cena genérica”, definida pelo gênero;
- iii. a “cenografia” que legitima o discurso.

A cena englobante atribui ao discurso seu caráter pragmático e corresponde ao tipo de discurso (jurídico, político, midiático, etc.) do texto; “[...] é ela quem define a situação dos parceiros em certo quadro espaço-temporal” (MAINGUENEAU, 2011a, p.86).

Quando se recebe um folheto na rua, deve-se ser capaz de determinar se é membro do discurso religioso, político, publicitário etc., em outras palavras, em que cena englobante se deve situá-lo para interpretá-lo, em nome de que ele interpela aquele que o recebe. (MAINGUENEAU, 2006, p. 251)

Em relação ao nosso *corpus*, as notícias *online* abrangem as cenas englobantes envoltas ao discurso político, à medida que reúnem enunciados organizados em torno do debate político-televisivo. Nesse sentido, a cena englobante permite observar, por meio do tipo do discurso, o posicionamento do jornal ou revista *online*. No entanto, a cena englobante “não é suficiente para especificar atividades verbais” (*idem*), pois o texto é sempre enunciado por meio de um gênero, que compreende outra cena de fala, a genérica.

A cena genérica está relacionada com o gênero discursivo, que envolve “[...] um contexto específico: papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição no

espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade etc.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 116). Em síntese, as condições de enunciação do debate político-televisivo definem os papéis do moderador, dos atores políticos e do público (o eleitor); as condições de enunciação da notícia *online* definem os papéis do enunciador, do jornalista e de um interlocutor (o leitor da notícia)¹⁹. Em ambos, as condições de enunciação definem os rituais, os papéis, o lugar de circulação da enunciação, assim como o tempo em que podem ser utilizados, os papéis de cada uma dentro da cena genérica.

Dessa forma, cada gênero corresponde “a certo número de expectativas do público e de antecipações possíveis dessas expectativas pelo autor” (MAINGUENEAU, 2006, p. 251), o que possibilita a manutenção das relações sociais, sem que seja necessário que a cada situação de comunicação seja criado um novo gênero; “um sujeito ao enunciar presume uma espécie de ‘ritual social da linguagem’ implícito, partilhado pelos interlocutores” (MAINGUENEAU, 1997, p. 30); esse ritual compreende a cena genérica.

Essas duas primeiras cenas compreendem, em muitos casos, o que se entende por cena da enunciação, uma vez que, segundo Maingueneau (2011a, p.87) “definem conjuntamente o que poderia ser chamado de quadro cênico do texto. É ele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero de discurso”. No entanto, não é com esse quadro cênico que compreende as cenas englobante e genérica que o leitor se depara na enunciação, e sim com uma terceira cena. Trata-se da cenografia, “[...], a qual não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, sendo instituída pelo próprio discurso” (MAINGUENEAU, 2008a, p.116). Dessa forma, é o próprio discurso que impõe uma cenografia, que já se constrói pela busca de convencer seus interlocutores e instituir essa cena de enunciação para se legitimar.

O leitor se vê assim apanhado numa espécie de armadilha, porque o texto lhe chega em primeiro lugar por meio de sua cenografia, não de sua cena englobante e de uma cena genérica, relegadas ao segundo plano, mas que na verdade constituem o quadro dessa enunciação. (MAINGUENEAU, 2006, p. 252)

¹⁹ A especificidade de cada um dos papéis definidos por esses gêneros será tratada no capítulo 2, que se refere à constituição do nosso *corpus*.

Para que a cenografia se legitime, é necessário que o discurso faça com que os lugares por ele estabelecidos na cena genérica sejam aceitos por seus leitores; a cenografia implica a presença de duas figuras: o enunciador e seu correlato o coenunciador²⁰. O leitor se vê em uma cena a que o discurso lhe atribuiu, “é por intermédio de sua própria enunciação que ele [o discurso] poderá legitimar a cenografia que ele impõe” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 117).

De acordo com Maingueneau (*idem*), “[...] esses dois lugares supõem igualmente uma cenografia (um momento) e uma topografia (um lugar), das quais pretende originar-se o discurso”. As cenas englobante, genérica e a cenografia formam, portanto, três polos inseparáveis que fundam a enunciação responsável pelo proferimento do discurso.

Pensar em cenografia não nos permite pensar em um lugar, um quadro, em que o discurso viria compreender um espaço já construído, que existiria alheio ao discurso, independente um do outro; pelo contrário, “[...] é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 87). Paradoxalmente, a fala supõe uma enunciação que é validada no quadro cênico pela própria enunciação.

Desse modo, a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria... (MAINGUENEAU, 2011a, pp. 87–88)

O que é dito nos discursos deve ser validado pelo próprio discurso, pelo conteúdo que ele engendra, de forma que em uma notícia *online* seja possível controlar a enunciação, fazendo com que ela se adapte à cenografia que se quer construir, pois “[...] se é verdade que o discurso impõe sua cenografia, desde o início, é também verdade que a legitimação desta se dá por meio de sua própria enunciação” (BENITES, 2011, p. 130).

²⁰ De acordo com Maingueneau (2011a) o enunciador deve pressupor que seu destinatário respeita as “regras do jogo”, assumindo os papéis a ele estabelecidos na cena genérica. Como não se trata de um sujeito passivo, considera-se coenunciador esse sujeito que participa ativamente da enunciação que se constrói interativamente no discurso.

Alguns gêneros são mais propícios à criação de uma cenografia, como acontece com as propagandas políticas que são construídas em torno de cenografias específicas. Já em um debate político veiculado pela TV, fica difícil encenar por meio de criações próprias de cenografia, pois não há o controle efetivo da enunciação por parte dos atores políticos, há sim uma ameaça constante à construção das imagens e a necessidade de se agir imediatamente a perguntas suscitadas pelos interlocutores; “como se vê, enunciar não é somente expressar ideias, é também tentar construir e legitimar o quadro de sua enunciação” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 93).

A imbricação entre discurso e enunciação evidencia o que Maingueneau (2011b) denomina “incorporação”, o momento em que o discurso faz o enunciador encarnar-se, dá-lhe corpo, e o coenunciador adere a seu papel na enunciação. Essa dupla incorporação insere enunciador e coenunciador em uma comunidade imaginária que evoca uma certa unidade discursiva e, por sua vez, evidencia um tom por meio de um *ethos* que se constrói e é construído pela cenografia.

Diretamente relacionado ao conceito de cena da enunciação está o conceito discursivo de *ethos*. Nas palavras de Amossy (2011, p. 16), a noção de *ethos* na análise do discurso de Dominique Maingueneau “[...] desenvolveu-se de forma articulada à cena de enunciação”. Em uma perspectiva discursiva, o *ethos* pensado como imagem nos remeterá a um quadro em que estão postas configurações específicas inscritas em um momento enunciativo específico. Essas configurações em torno desse quadro implicam papéis e um modo de circulação dos enunciados provenientes desse lugar e momento enunciativo.

O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente. (MAINGUENEAU, 2011b, p. 75)

A noção de *ethos discursivo*, para Maingueneau, relaciona-se com a cenografia, e com as noções de flexibilidade enunciativa e do corpo enunciante, uma vez que o autor considera insuficiente a noção de *ethos* de perspectiva clássica que se configura

em torno de estatuto e papéis²¹. Para o autor, o *ethos* “manifesta também como ‘voz’ e, além disso, como ‘corpo enunciante’, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 70). Em outras palavras, o *ethos* também é responsável por validar a cenografia.

Nesse sentido, Maingueneau (2011b) apresenta sua noção de *ethos* em uma dimensão discursiva e não apenas como uma imagem exterior de um enunciador. Para o autor, o *ethos* se desdobra no registro do “mostrado”, eventualmente no do “dito”, e a sua eficácia decorre, de alguma forma, do envolvimento com a cenografia, com a enunciação, sem que isso seja explicitado no enunciado (MAINGUENEAU, 2011b). Essa visão de *ethos* nos permite evidenciá-lo não só em textos orais, mas também em textos escritos²², o que sugere uma ruptura entre esse conceito de *ethos* com o conceito de *ethos* da retórica clássica²³.

Para Charaudeau (2008, p. 117) “O *ethos* está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, podendo dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos”. Em uma perspectiva pragmática, o autor aproxima a construção do *ethos* a um cálculo executado por parte do sujeito. Esses cálculos pragmáticos são “procedimentos discursivos que contribuem para a fabricação do *ethos*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 167).

Em relação à construção do *ethos*, Maingueneau (2011c) ressalta que sua problemática não se reduz a simples interpretações ou decodificação; o coenunciador participa do mundo criado pela cena da enunciação, e, ao mesmo tempo, permite que um fiador se instaure, fazendo o movimento corporal de aproximação de uma identidade; “alguma coisa da ordem da experiência sensível se põe na comunicação

²¹ Maingueneau propõe o estudo de um *ethos* “escritural” em oposição a um *ethos* “oral” tradicionalmente relacionado a Aristóteles. A diferença está em observar que são dois regimes completamente diferentes, pois “[...] o segundo impõe a fala imediata de um locutor encarnado, enquanto o primeiro exige do leitor um trabalho de elaboração imaginária a partir de indícios textuais diversificados” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 74).

²² De acordo com Maingueneau (2008b), “o discurso, por mais escrito que seja, tem uma voz própria, mesmo quando a nega”.

²³ Citelli (1994) lembra que a preocupação com o domínio da expressão verbal nasceu entre os gregos, daí a larga tradição dos tribunos, dos sofistas que acreditavam ser a argumentação oral resultado de muita prática; iam às praças, aos foros, aos tribunais com a pretensão de alterar pontos de vista, mudar conceitos pré-formados, etc. Ainda na Grécia, as escolas tinham disciplinas para ensinar a arte do domínio da palavra, tamanha a preocupação com a estruturação do discurso, do falar de modo elegante e convincente, unindo arte e espírito. Coube à retórica clássica ensinar a forma “correta” de construir um discurso com vistas ao convencimento do interlocutor e à criação de uma imagem de seu enunciador.

verbal” (MAINGUENEAU, 2011c, p. 29). As ‘ideias’ suscitam a adesão por meio de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser.

O imaginário sócio-discursivo deve ser configurado para se mostrar pertinente à cena da enunciação, de forma a que o discurso do ator político seja validado e tenha efeito sobre o grupo social; “na medida em que o *ethos* está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos” (CHARAUDEAU, 2008, p.117). Esses grupos partilham caracteres similares com seus membros, os quais, vistos de fora, parecem ser homogêneos, o que resulta nos estereótipos²⁴ que fizeram Charaudeau (2008) propor alguns tipos de *ethé*²⁵ identificados por ele no discurso político contemporâneo, “afinal, cremos que a adesão do destinatário se opera por um escoramento recíproco entre a cena de enunciação, da qual o *ethos* participa, e o conteúdo nela desdobrado” (*idem*).

As noções de *ethos* e de cena da enunciação, estudadas ao longo dos anos por Maingueneau, são também relevantes para que possamos lançar um olhar discursivo em relação aos debates televisivos e às notícias *online*. Partindo do princípio de que “o *ethos* se mostra, ele não é dito” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 71), o autor estabelece um novo percurso para o termo, extrapolando a noção Aristotélica de *ethos* voltado à eloquência, ao propor que

[...] qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse: o termo “tom” apresenta a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral: pode-se falar do “tom” de um livro. (MAINGUENEAU, 2011b, p. 72)

Neste trabalho, a noção de “tom” é de suma importância para pensarmos *ethos* e cenografia no funcionamento da sobreasseveração, pois esses enunciados materializam-

²⁴ Estamos de acordo com a definição de estereótipos de Amossy (2011, pp 125-126), que considera que “a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica”, permitindo que se pense o real por meio de uma cultura pré-existente. Embora o conceito de estereótipos esteja intimamente relacionado com o conceito de *ethos*, que é nosso interesse neste trabalho, não nos aprofundaremos em suas especificidades.

²⁵ A lista proposta por Charaudeau (2008) compreende diferentes tipos de *ethos* em dois grupos distintos. O primeiro abrange os “*ethé* de credibilidade”, que compreendem: competência, virtude e seriedade. O segundo grupo abrange os “*ethé* de identificação”, representados por: potência, caráter, inteligência, humanidade, chefe e solidariedade. Esses *ethé* são, praticamente, pré-construídos no discurso político. Neste trabalho, não nos aprofundaremos nessas diferenciações, uma vez que nos interessa a proposta de Maingueneau (2011a, 2011b, 2011c), de um *ethos* discursivo construído e validado no interior de uma cena da enunciação.

se em notícias *online* que se constroem por meio de uma cenografia. Para Amossy (2011, p.16) “[...] se cada tipo de discurso comporta uma distribuição pré-estabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos livremente sua cenografia”. Nessa cenografia, a vocalidade a que Maingueneau (2011b) se refere está relacionada com a determinação do corpo de um enunciador e não efetivamente com o corpo do autor de um discurso, uma confluência indissociável entre tom, caráter e corporalidade²⁶, que recobrem o campo do *ethos* discursivo imanente da cena da enunciação.

Isso nos leva a pensar que em um debate político o *ethos* será evidenciado como uma construção dos papéis dos atores políticos envolvidos. Já nas notícias que retomam os discursos proferidos pelos políticos nos debates, encontraremos a figura de um fiador, que “[...], o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, [e que se vê], assim, investido de um caráter e de uma corporalidade²⁷, cujo grau de precisão varia conforme os textos” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 72) (inserção nossa).

As seleções de enunciados pelos jornalistas representam, dessa forma, um controle do corpo e do caráter de um fiador que se apoia em representações sociais diversas “[...] valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reformar ou transformar” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 72). É essa modificação e transposição de uma enunciação a outra que nos chama a atenção, pois “[...] o tom específico que torna possível a vocalidade constitui para nós uma dimensão que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo” (p. 72), o que nos permite compreender o discurso como uma configuração sócio-histórica indissociável de seus conteúdos e da sua forma de legitimação em uma cena enunciativa.

O posicionamento restringe, conscientemente ou não, as escolhas que envolvem todo esse processo envolto à cena da enunciação. São coerções da maquinaria discursivo-midiática que envolvem todas as peças da engrenagem, conseqüentemente os produtos por ela produzida, como as notícias *online*. Nesse sentido, acreditamos que as sobreasseverações imanentes desse processo também podem manifestar/operacionalizar

²⁶ De acordo com Souza-e-Silva (2012) “tom, caráter e corporalidade provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas sobre as quais se apoia a enunciação”.

²⁷ Coporalidade apoiada em uma dupla figura do enunciador (fiador) que abrange, segundo Maingueneau (2011), tanto característica de caráter (psicológica, moral, de índole ou feitio) quanto a forma de vestir-se e de mover-se no espaço social, o que resulta em um certo tom, uma vocalidade, um modo de dizer, estreitamente associados.

mecanismos de silenciamentos na construção dessas notícias. Observaremos esse mecanismo como “silêncio” no próximo tópico.

1.3.2 Sobreasseveração e silenciamento

Ao direcionarmos nossas reflexões às noções que envolvem o funcionamento de citações e sobreasseverações, observamos que a maquinaria midiática possui certas coerções em suas práticas discursivas. Na produção da notícia *online*, seleciona-se certo enunciado de uma enunciação e não outro, uma fala e não outra, constrói-se uma cenografia para a notícia e não outra..., sempre realizando opções que atendam às coerções dessa maquinaria. Nesse processo, operam-se silêncios não só nos enunciados escolhidos, mas também no processo de produção da sobreasseveração que pode envolver manobras diversas, como inclusão, modificação, exclusão e/ou apagamento de partes do enunciado; podemos ainda observar o silêncio nos enunciados deixados de lado. As coerções da maquinaria determinam essas escolhas e evidenciam determinado posicionamento do veículo.

Os silenciamentos a que nos referimos são operadores de sentidos e diferem, por esse motivo, do que a gramática tradicional denomina de implícitos²⁸, pois ao falarmos em silenciamentos entendemos que há um “silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro [...]” (ORLANDI, 2010, p. 67)²⁹, e não que há um sentido posto/sobreposto ao texto, como algo pronto para ser descoberto, decifrado.

O silêncio também não significa somente a ausência de palavras, “[...] as palavras são cheias, ou melhor, carregadas de silêncio. Não se pode excluí-lo das palavras assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização” (ORLANDI, 2010, p. 67), por isso falamos em silêncio também nas escolhas, nas inserções, nas substituições de termos ou trechos de um enunciado.

²⁸ Implícitos são sentidos sobrepostos pela intenção do locutor, algo pronto, o que não condiz com nossa visão de que o silêncio significa, de que o silêncio não é algo posto, tampouco acessível aos locutores. O silêncio está relacionado com o não-dizer, ao equívoco, a incompletude o que nos permite apreciar a errância dos sentidos (ORLANDI, 2010). Se considerarmos o silêncio como implícitos, cairemos na ilusão de que o discurso só pode ser um, o esquecimento número 2 de Pêcheux (2004).

²⁹ Apresentamos essa breve distinção/especificação em relação ao silêncio por considerarmos, assim como Orlandi (2010, p. 66), “[...] a relação fundamental das palavras com o silêncio sem, no entanto, reduzir esta a um complemento da palavra”.

Partimos do princípio de que o silêncio é fundador, ou seja, que o silêncio é aquele que “existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”³⁰ (ORLANDI, 2010, p. 24), portanto mesmo em inclusões, alterações/modificações e exclusões podemos falar em silenciamentos, manobras que são atreladas às retomadas de fala.

Para pensar na maneira como se manifesta esse silêncio nas citações e sobreasseverações, podemos inicialmente nos questionar sobre: o porquê da escolha de um fragmento e não de outro; os sentidos evocados por uma tomada de posição, um excerto ou recorte posto em circulação; a relação entre esses enunciados e diferentes posicionamentos... Essas são reflexões possíveis e previsíveis, uma vez que essas seleções não são aleatórias, pois se manifestam no interior de posicionamentos institucionais.

É importante ressaltar que “sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio” (ORLANDI, 2010, p. 45); só é possível observá-lo pelos efeitos que ele produz, e pelos diferentes modos de significar nesses textos, pelas falhas que ele apresenta, pelos traços e pistas deixados ao longo dos discursos. Nessa linha de raciocínio, “[...] o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido” (ORLANDI, 2010, p. 53), recorte que observamos como operado por uma tomada de posição, um posicionamento pelo produtor da notícia, que se apresenta em forma de retomadas de sobreasseverações nas notícias geralmente publicadas em veículos impressos e digitais.

Descontextualizados, esses recortes podem assumir sentidos diferentes, ser utilizados como mecanismos de produção de sentidos. Alguns mecanismos frasais são lembrados por Orlandi (2010) como os responsáveis por atribuir ao silêncio uma identidade positiva. A autora elenca a elipse, a reticência, a descontinuidade temática, a subdeterminação semântica e a preterição. Acrescentamos a essa lista aqueles que se relacionam de perto à retomada das sobreasseverações, com destaque ao aspeamento que produz no texto um efeito de verdade nas sobreasseverações fortes, em que o leitor

³⁰ O silêncio fundador representa a primeira categorização da forma do silêncio para Orlandi (2010, p. 24).

não tem acesso ao texto fonte³¹. Os usos das aspas em textos sobreasseverados atribuem pelo menos dois sentidos diferentes: o efeito de recorte literal de um texto fonte e o de distanciamento em torno do que é dito. Maingueneau (2008a, p. 91) reforça essa ideia ao afirmar que

a sobreasseveração, qualquer que seja a modalidade, implica uma figura de enunciador que não apenas diz, mas que mostra que diz o que diz, e presume-se que o que ele diz condensa uma mensagem forte, induz a uma tomada de posição exemplar. A sobreasseveração estabelece uma asserção que leva a uma responsabilidade diante do mundo.

A utilização das aspas que proporciona o silenciamento e a produção de sentidos se apresenta como mecanismo que afasta o apagamento de imparcialidade em relação à notícia veiculada. Atribuir o dizer ao outro é um procedimento muito recorrente em textos da maquinaria midiática, como podemos perceber nas notícias *online* de nosso *corpus* e na maior parte de revistas e jornais em circulação.

De acordo com Maingueneau (2010), entre o enunciado que foi destacado e o gênero em que ele se insere existe uma relação de destextualização, ou seja, o enunciado sai de um gênero (texto-fonte), o debate político, e se inscreve em outro, a notícia veiculada na internet, que está inserida em outro contexto discursivo. Nesse processo, podem ser observados diferentes silêncios, que vão desde o apagamento do contexto do enunciado até a sua inserção em outra construção cenográfica que engendra diferente situação de comunicação.

A nosso ver, a sobreasseveração, vinculada à maquinaria de produção de notícia *online*, manifesta/operacionaliza mecanismos de silenciamento, o que evidencia a incompletude constitutiva da linguagem.

Em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido de que ele reinstaura falando. (ORLANDI, 2010, p. 69)

³¹ Para Maingueneau (2008a, p. 88) a retomada desse texto-fonte não está ao alcance de todo mundo; “do ponto de vista do funcionamento das mídias, para os leitores, esse texto de origem não existe”.

A destextualização abre a possibilidade de os discursos circularem por diferentes gêneros, o que atesta a polissemia dessas sobreasseverações que, em situações de comunicação diferentes, apaga “[...] necessariamente outros discursos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2010, p. 73). Por esse motivo, não podemos pensar em escolhas aleatórias e sim pragmáticas, uma tomada de posição do jornalista, de acordo com o posicionamento a que ele representa e é representado. Reconhecer o silêncio como prática discursiva dessa maquinaria de produção da notícia *online* permite-nos pressupor que:

i. o silêncio funciona de maneira diferente em cada um desses processos de recorte, seleção e circulação de textos que, por vezes, são deslizos de atores sociais, mas também se evidenciam como competência discursiva ao revelar uma ação, um saber relacionado à produção discursiva;

ii. pela seleção, tomam proporções espetaculares, o que fortalece e enseja sua circulação.

Acreditamos que, para se compreender o funcionamento da sobreasseveração, também é necessário compreender o silêncio, atribuindo-lhe estatuto de sentido, presente tanto na ausência quanto na presença de palavras, no distanciamento de sua fonte de origem, no dito e no não-dito dos discursos; o que nos permite observar a sobreasseveração também em seu caráter histórico. Os movimentos da seleção, do recorte e da circulação a que as sobreasseverações são submetidas contemplam sentidos envoltos em silêncio: ao mesmo tempo em que a alteração de um enunciado marca um posicionamento, também silencia posicionamentos diferentes, contrastantes, inadequados, desnecessários.

1.3.3 Sobreasseveração e pequenas frases

Ao tratarmos da noção de sobreasseveração (em 1.3), mencionamos o conceito de Maingueneau sobre a “pequena frase”. Neste momento, nos deteremos um pouco mais sobre o assunto, tomando como base uma recente publicação da revista *Communication & Langage*, organizada por Krieg-Planque & Olliver-Yaniv (2011).

O capítulo *Les "petites phrases": un objet pour l'analyse des discours politiques et médiatiques*, escrito por Krieg-Planque (2011a), interessa-nos, particularmente, por caracterizar e problematizar a pequena frase de atores políticos em circulação na mídia e

se aproximar do conceito de sobreasseveração. De acordo com a autora, as pequenas frases são textos curtos, bem estruturados, que circulam em nossa sociedade em diferentes gêneros e posicionamentos, e possuem vida própria, uma vez que se manifestam nos gêneros, mas são autônomos, não estão presos a eles.

Evocamos esse conceito neste trabalho porque as pequenas frases fazem parte do funcionamento da política e da mídia, uma vez que são enunciados pregnantes e estão presentes com certa regularidade na seleção/destacamento de sobreasseverações dos debates políticos que nos servem de *corpus*. As pequenas frases sobreasseveradas que circulam nesse gênero se manifestam no regime enunciativo textualizante. Em circulação, elas tomam corpo, circulam em posicionamentos e universos diferentes e são, em maior ou menor grau, modificadas para se adequar a uma ou outra cena genérica, um ou outro posicionamento.

As pequenas frases são destinadas à circulação, proferidas em momentos enunciativos diversos. Muito frequentemente caracterizam as sobreasseverações, sendo selecionadas para serem repetidas/retomadas numerosas vezes. Por serem destacas por natureza, essas pequenas frases se submetem aos processos de aforização e sobreasseveração e respondem, cada uma, a seu regime específico enunciativo.

Além da relação muito próxima com a política, as pequenas frases possuem características determinadas pela mídia em relação ao tema, ao gênero em que se inserem e à forma. Em primeiro lugar, o espaço é muito importante para a mídia, onde se procura dizer muita coisa em um espaço pequeno, com poucas palavras e de uma forma que se preste à repetição, à retomada. Algumas limitações dos meios e materiais que se produzem social e historicamente, numa relação direta com a distribuição da informação, provocam uma tendência ao encurtamento de conteúdo. De acordo com Krieg-Planque (2011a, p. 30), a página que dá suporte ao periódico impresso

[...] evoluiu ao longo da história para um espaço cada vez mais fragmentado, rubricado, recortado, que impõe formatos de artigos mais curtos e dotados de elementos paratextuais numerosos: títulos, subtítulos, intertítulos, slogans, palavras-chave, destaques, legendas... (tradução nossa.)³²

³² “[...] a évolué tout au long de son histoire vers un espace de plus en plus fragmenté, rubriqué, découpé, imposant des formats d’articles plus courts et dotés d’éléments paratextuels nombreux: titres, sous-titres, intertitres, accroches, mots clés, exergues, légendes...”

A agilidade com que as informações precisam ser produzidas para circular exige que o profissional da mídia esteja mais inclinado a sintetizar, recortar e por em destaques algumas falas (silenciando o que não interessa ou inserindo informações). Por esse motivo, a criação de pequenas frases está inclinada ao discurso midiático porque é construída como acontecimento³³,

[...] ela é construída como acontecimento porque está ligada a uma intenção, a uma posição, a uma doutrina, a uma ideologia, a um traço de personalidade, a uma opinião, a uma estratégia, a uma ambição, a interesses ou a um projeto, que a “pequena frase” condensa ou dos quais ela é o sintoma. (KRIEG-PLANQUE, 2011a, p. 32, tradução nossa)³⁴

Se pensarmos nos debates que compõem nosso texto-fonte, o ator político sabe que seu discurso não será totalmente relatado em uma notícia *online*, por isso, de certa forma, a produção do que será destacado pode ser propiciada por esse ator, que se encarrega de destacar/silenciar aspectos que deem maior visibilidade, promovam o acontecimento, o espetáculo, incorporando a produção de pequenas frases em seu discurso.

A produção de “pequenas frases” participa, na realidade, dessas ações de dissimulação e de tentativa de visibilidade, quer se trate de uma visibilidade das falas que não eram destinadas a isso ou de uma visibilidade de falas que eram destinadas a ser observadas. Nesse quadro, os jornalistas, e mais amplamente as mídias, são, por parte dos políticos e dos comunicadores, objeto de um jogo de instrumentalização complexo para fazer circular as mensagens. Para cada um desses dois grupos de atores, comunicadores e políticos, a produção de “pequenas frases” está inscrita num campo de *savoir-faire* e de práticas identificáveis. (KRIEG-PLANQUE, 2011a, p. 33, tradução nossa)³⁵

³³ O valor de acontecimento no trabalho de Krieg-Planque (2011a) é entendido pelo valor ilocutório das pequenas frases.

³⁴ “[...] elle est construite en événement parce qu’elle est rattachée à une intention, à une position, à une doctrine, à une idéologie, à un trait de personnalité, à une opinion, à une stratégie, à une ambition, à des intérêts ou à un projet, que la ‘petite phrase’ est supposée condenser ou dont la ‘petite phrase’ est supposée être le symptôme”.

³⁵ “La production de “petites phrases” participe, de fait, de ces actions de dissimulation et de mise en visibilité, qu’il s’agisse d’une mise en visibilité de propos qui n’entraient pas destinés à l’être ou d’une mise en visibilité de propos qui étaient destinés à être remarques. Dans ce cadre, les journalistes et plus largement les médias font, de la part des politiques et des communicants, l’objet d’un jeu d’instrumentation complexe pour faire passer des messages. Pour chacun de ces deux groupes d’acteurs que sont les communicants et les politiques, la production de “petites phrases” s’inscrit dans un champ de savoir-faire et de pratiques identifiables”.

A autora afirma ainda que a produção de pequenas frases parte de ações de ocultação e visibilidade, refletindo a profissionalização da política em suas funções comunicativas e a atividade profissional da comunicação, uma vez que a sua produção é constitutiva da competência dos profissionais de comunicação.

Para que um enunciado seja classificado como pequena frase, deve ainda atender a critérios semânticos/formais, pragmáticos/argumentativos diretamente relacionados com a memória³⁶. Os semânticos são os que se apoiam em fenômenos como metáforas, metonímias, sinédoques, alegorias, inversão e outras figuras de pensamento. Já os formais se apoiam em paralelismo, repetição, simetria, ritmo e rima. Essas características são responsáveis por possibilitar uma forma singular à pequena frase, permitindo sua retomada e seu movimento.

Além das figuras retóricas repertoriáveis, uma certa concisão se impõe aos enunciados suscetíveis de ser mobilizados na retomada, levando a questionar tanto o qualificativo “pequena” (do ponto de vista da extensão) quanto a categoria da “frase” (do ponto de vista do tipo de unidade gramatical). (KRIEG-PLANQUE, 2011a, p. 36, tradução nossa)³⁷

É importante ressaltar que a concisão ou o recorte necessário para que a pequena frase circule e seja retomada não pode ser reduzida a propriedades formais, mas deve apreender também as relações pragmáticas e argumentativas. Essas propriedades revelam o valor ilocutório das pequenas frases, “[...] que confere ao enunciado uma notoriedade como acontecimento ou, pelo menos, como acontecimento potencial, do qual os comentaristas poderiam se apropriar” (KRIEG-PLANQUE, 2011a, p. 36, tradução nossa)³⁸. Essas características pragmáticas conferem à pequena frase certa notoriedade como acontecimento, por isso seu caráter discursivo, ilocucional, que nos parece estar muito próximo do conceito de sobreasseveração, uma vez que um enunciado pode circular em diferentes contextos sofrer diferentes interferências na sua forma e produzir sentidos diferentes de quando foi primeiramente enunciado.

³⁶ Memória aqui entendida como característica de possibilidade de retomada e de memorização.

³⁷ “Au-delà des figures rhétoriques répertoriables, une certaine concision s’impose aux énoncés susceptibles d’être mobilisés pour la reprise, amenant à questionner aussi bien le qualificatif de “petite” (du point de vue de la longueur) que la catégorie de la “phrase” (du point de vue du type d’unité grammaticale)”.

³⁸ “[...] qui confère à l’énoncé une remarquabilité comme événement, ou du moins comme événement potentiel, dont les commentateurs pourraient se saisir”.

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* deste trabalho é constituído por um material que abrange dois diferentes gêneros discursivos: i.) o debate político-televisivo; ii.) notícias de jornais e revistas *online*. Em relação aos debates, inicialmente optamos pela seleção daqueles que envolveram os candidatos à presidência da república brasileira, Dilma Rousseff e José Serra, veiculados pelas redes Bandeirantes (BAND) e Globo de Televisão (GLOBO), no segundo turno das eleições de 2010. Com os vídeos em formato digital, transcrevemos esses debates para a língua escrita. Consideramos que esse material é o texto-fonte das sobreasseverações das notícias *online*.

Em relação ao gênero notícias *online*, fizemos a seleção das notícias que foram veiculadas no dia seguinte aos debates televisionados, optando pelas veiculadas por CARTA CAPITAL, CORREIO BRAZILIENSE, BAND, ÉPOCA, UOL, VEJA e TERRA³⁹. Inicialmente, levantamos nessas notícias as ocorrências das sobreasseverações; em seguida fizemos a separação das notícias em colunas, o que nos permitiu visualizar o fragmento retirado do debate televisivo (texto-fonte) e as notícias veiculadas que a ele se referem. Classificamos ainda esse material de acordo com os temas abordados nos debates televisivos. Como os gêneros pertencem a modalidades diferentes, uma oral e outra escrita, abordamos, brevemente, as principais características de cada um deles.

2.1 O debate político na TV

O gênero debate está intimamente ligado aos estudos da argumentação. Sem entrar na categorização de tipos ou gêneros, consideramos o debate televisivo como gênero inserido no domínio político de representação de práticas sociais em que dois atores políticos, Dilma Rousseff e José Serra, estão envolvidos em um momento sócio-

³⁹ Optamos por não diferenciar jornal, revista, site ou portal. Para nós, interessa observar a materialidade das notícias *online* postas a circular na internet, que não nos parecem ser afetadas por essas fronteiras.

histórico, com vistas a ocupar a vaga de presidente da república do Brasil. Como gênero, concebemos o debate como

[...] uma forma de diálogo organizado de forma a fazer surgir a verdade, seja qual for a sua configuração, a propósito de um tema problematizado, através da confrontação de saberes diferentes sobre o tema, por intermédio de um dispositivo televisivo (organização, gestão, apresentação) que permite que a exposição destes saberes e a sua confrontação desvendem certos aspectos da problematização, tornando-os, ao mesmo tempo, o mais inteligíveis possível. (CHARAUDEAU, 2000, p. 97)

O confronto, as temáticas, e os atores que promovem esse diálogo estão relacionados com o contexto histórico em que o debate político-televisivo se inscreve. Os debates que nos servem de *corpus* foram ao ar em 2010, no segundo turno das eleições para presidente. O da BAND, em 10 de outubro de 2010, foi o primeiro debate do segundo turno dessas eleições; o da GLOBO, em 29 de outubro de 2010, foi o último, antes das eleições.

Nos programas de TV, esse gênero oral por vezes apresenta falhas, discursos incompletos, incoerências, características de fala/oralidade de que trataremos em 2.4. Cumpre aqui levantarmos as características do debate, para que possamos observar a construção de diferentes cenografias, *ethos* e posicionamentos discursivos pelos atores políticos.

No gênero debate, cabe às emissoras dar as mesmas possibilidades de perguntas e respostas para ambos os atores políticos. O que podemos perceber nas duas transcrições que fizemos para essa dissertação é que, assim como postula Charaudeau (2000, p. 95),

[...] a temática por vezes derrapa, os participantes não são todos bons e claros, o trabalho de pesquisa documental tem falhas ou fraquezas notórias, o modo de gestão é frequentemente frustrante, não deixando aos convidados o tempo de se explicarem, a estratégia de apresentação pode ser perturbadora a pretexto de tornar o programa mais vivo, lesto e dinâmico.

Cada um dos debates aqui selecionados operam lógicas diferentes na seleção de perguntas e respostas. Diferem entre si na forma de organização do espaço, de cena no sentido estrito, mas continuam “a caracterizar-se por uma tendência para se colocar ao

serviço do diálogo” (CHARAUDEAU, 2000, p. 95) e a determinar três papéis que consideramos importantes na cena genérica: do moderador, dos atores políticos e do público.

2.2 Dois programas, um debate

A apresentação das características do debate político televisivo nos permite observar a constituição do quadro cênico de cada um dos programas em tela. Para que possamos seguir a linha de raciocínio em torno do conceito de cena da enunciação, utilizamos, inicialmente, os conceitos que envolvem a cena genérica, que compõe o quadro cênico do gênero notícia *online*, para especificar as situações de comunicação dos programas veiculados pelas duas emissoras na apresentação dos referidos debates.

Os papéis na cena genérica do debate político-televisivo

São três as papéis ocupados na cena genérica dos debates que nos servem de *corpus*: i.) os atores políticos; ii.) o moderador; iii.) o público.

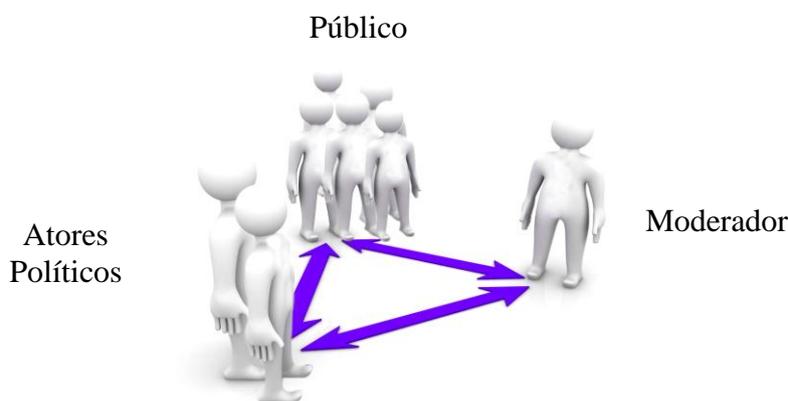


Figura 2. Participantes do debate

Na BAND, o moderador do debate foi o apresentador Ricardo Boechard, e na GLOBO, Willian Bonner. Os papéis a eles atribuídos dentro da cena genérica são os de sujeitos que devem esclarecer as regras do programa, controlar o tempo de cada um dos candidatos, dar e retirar o direito à palavra, introduzir temas e perguntas e julgar, em conjunto com uma equipe, se um candidato foi agredido, concedendo-lhe direito a

resposta; nesse sentido, o moderador assume papel central dentro da cena genérica. Ele é o responsável imediato por impor as coerções do rito genético⁴⁰ dentro da cena que se constrói no debate político-televisivo.

Os atores políticos, José Serra e Dilma Rousseff, são os que se confrontam nos debates, tomam a palavra para responder a perguntas previamente selecionadas pelo programa, apresentadas pelo moderador. Há, portanto, uma troca constante de lugares entre enunciador e enunciatário, evidenciadas num jogo de posições que envolve resposta a uma pergunta, com direito à réplica e à tréplica. “Ao tomar a palavra, cada participante institui-se como locutor, convocando vozes ou enunciadores que usa estrategicamente para a construção do seu *ethos*” (BRAGA, 2006, p. 9) e, conseqüentemente, a constituição da cena da enunciação.

Em geral, nos debates políticos televisivos, o público não tem participação direta. Isso se dá por razões diversas, entre elas a de impedir ataques ou questionamentos que fujam à lógica de bom andamento do programa. Essa sistemática, que chamaremos de tradicional, é a apresentada pelo debate da BAND, em que o público presente não tem direito à palavra, atuando apenas como expectador. Já no programa da GLOBO, o público tem participação, porém o direito à palavra se restringe à leitura de perguntas sorteadas, das quais o moderador possui uma cópia, para evitar que o participante a modifique.

Embora transpareça que o público tenha um papel passivo nos debates em tela, não podemos deixar de atribuir a ele papel fundamental, por dois motivos: primeiro, porque são eleitores presentes dentro dessa cena e, por este motivo, representam grande parcela da população que tem dúvidas e deseja saná-las; segundo, pelo desconforto que trazem aos participantes, que devem falar para câmeras (público virtual) e para os participantes que ali estão presentes (público real). Nesse contexto, a argumentação dos atores políticos pretende ser duplamente eficaz, pois deve se orientar para esses dois públicos, ao mesmo tempo. No entanto, é o público real, participante da cena, quem transmite a satisfação ou a insatisfação da resposta.

Em relação à disposição espacial dos participantes do programa e do estúdio, os debates apresentam-se da seguinte forma:

⁴⁰ Assim como Maingueneau (2006, p. 155), “falamos em ritos genéticos para designar as atividades mais ou menos rotineiras através das quais se elabora um texto”.



Figura 3. Cenário da BAND



Figura 4. Cenário da GLOBO

O estúdio da BAND, figura 3, dispõe-se em formato de semi-círculo, com um grande telão ao fundo. Os atores políticos encontram-se frente a frente, com as tribunas dispostas uma frente à outra, e o mediador está ao fundo, de frente para os candidatos e de costas para o público. Dessa forma, o público encontra-se espacialmente atrás do mediador, o que lhes confere acesso somente às faces dos candidatos à presidência.

A GLOBO, figura 4, tem um estúdio com um palco de formato circular em que os candidatos, inicialmente, ficam um ao lado do outro. As tribunas estão dispostas de forma a posicionar-se de frente para o público, e não para o adversário, uma vez que o programa é desenvolvido de forma a permitir que os atores políticos se movimentem pelo palco, e que as respostas sejam direcionadas àqueles que fazem a leitura das perguntas, os eleitores identificados como indecisos.

Quanto à temática levantada para debate, apenas as referentes à segurança pública e à saúde foram abordadas nas duas emissoras. O debate da BAND centrou-se em torno da privatização da Petrobrás, infraestrutura, programas sociais e calúnias. Na GLOBO, além das temáticas já mencionadas, foram abordados os temas política social, funcionalismo público, agricultura, corrupção, saneamento, educação, legislação trabalhista, meio ambiente, impostos e previdência.

A seleção das perguntas ocorreu de forma diferenciada nos dois debates. A BAND dividiu o programa em cinco blocos, no primeiro dos quais os candidatos responderam a uma mesma pergunta do mediador, em ordem definida por sorteio. O tempo de resposta foi de dois minutos. Na sequência, veio a primeira rodada de perguntas entre os candidatos, com tempo previsto de um minuto. As respostas, as

réplicas e as tréplicas tinham dois minutos cada. No segundo bloco, cada candidato fez duas perguntas. No terceiro e quarto blocos houve uma pergunta por candidato. No quinto bloco os candidatos tiveram três minutos cada um para as considerações finais. Cada tema ou pergunta respeitava o direito à resposta, réplica e tréplica.

Na GLOBO, os candidatos, em quatro blocos, tocavam uma tela, sorteando eletronicamente o tema. Inicialmente, Bonner sorteava o primeiro candidato a responder. Este ia até um monitor, que reproduzia a imagem de um telão, e tocava um dos doze retângulos mostrados no painel, o que fazia aparecer o nome de um dos eleitores indecisos, (que compunham o público), acompanhado de sua cidade e estado, e o tema da pergunta. Esse eleitor era chamado pelo moderador para ler sua pergunta, que não poderia ser alterada, e era respondida diretamente pelo candidato para o eleitor, que havia permanecido em pé, aguardando as respostas. Seguia-se o direito à resposta, réplica e tréplica. Em ambas as emissoras, o candidato que iniciava e finalizava as perguntas foi sorteado.

Durante a fase de transcrição dos debates e tabulação das sobreasseverações, observamos que a estruturação do debate da rede Globo não contribuiu para o debate, como forma de confronto de ideias entre os candidatos, por duas razões: as perguntas e respostas tematizadas, redigidas pela produção do programa, e momento de sua realização, às vésperas da eleição.

O papel atribuído ao público também teve papel fundamental na diferenciação entre os dois programas. A BAND se referiu ao público que compunha a plateia como convidados, enquanto a GLOBO apresentou-o como um grupo de eleitores indecisos. A forma como o debate da BAND foi estruturado impedia a participação direta dos convidados na cenografia do debate, nesse contexto o público apenas poderia contribuir para a situação de enunciação. Já no debate da GLOBO, os eleitores indecisos faziam parte da cenografia, o que fez com que o discurso dos atores políticos fosse mais brando, focado mais em explicações e detalhamento de propostas do que em críticas.

A participação do público mudou a cenografia do debate da GLOBO, o que também resultou em mudança na relação entre os candidatos, uma vez que não houve confronto entre eles. A cenografia da GLOBO propiciou que os candidatos mostrassem o seu melhor, diferindo muito pouco dos programas gratuitos do Horário Político cotidiano. Dessa forma, os atores políticos resumiram suas falas à apresentação de

propostas impostas pelo tema apresentado, o que de certa forma explica o número discrepante entre as temáticas levantadas entre os dois debates que nos servem de *corpus*.

O debate da GLOBO foi o último a ser veiculado na TV, tendo ido ao ar no dia 29 de outubro de 2010. A aproximação da data da eleição (que seria no dia 31 de outubro de 2010), a proibição de veiculação de propaganda ou de textos que pudessem vir a ser considerados como propaganda política⁴¹ foram circunstâncias que diminuiram o número de notícias sobre esse debate, e, conseqüentemente, o número de sobreasseverações. Todos esses motivos justificam por que a maior parte das alterações em sobreasseverações evocadas em nossa pesquisa, a cuja análise nos dedicaremos no capítulo 3, são retiradas das notícias veiculadas sobre o debate da BAND.

2.3 A notícia *online*

A comunicação *online* é uma realidade no mundo atual. Em uma sociedade que se instituiu uma necessidade diária de urgência, a velocidade da internet consolidou um campo gigantesco e gerador de produtos/serviços em que circulam informações dos mais variados tipos, materializados em diferentes gêneros discursivos, pertencentes aos mais variados campos.

A rapidez da internet, junto às imensas possibilidades de comunicação, associou-se ao jornalismo *online*, o que permitiu maior visibilidade das informações em rede, com amplos resultados no que diz respeito à apuração dos fatos e à transformação destes em notícia. Isso fez com que a internet interferisse no processo de produção do jornalismo contemporâneo, que teve que se adequar a esse novo (ciber)espaço.

Em menos de cinco anos de funcionamento da internet, aquela noção de ordem e de rotina produtiva ditada pelos meios industriais – em que o trabalho do repórter é apenas uma etapa na cadeia de produção que termina nas rotativas e na distribuição do produto ao leitor – foi subvertida pelo ritmo frenético do noticiário no ciberespaço, que

⁴¹ A resolução 23.329 do Tribunal Superior Eleitoral, lei vigente à época das eleições de 2010, estipulava: “TV – no primeiro turno, o debate poderá se estender até às 7 horas do dia 1º de outubro de 2010 e, no caso de segundo turno, não poderá ultrapassar o horário de meia-noite do dia 29 de outubro de 2010”. Disponível em: http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/normas_2010/normas_doc/TSE_RES_23329.pdf. Acesso em: 01 jun. 2012.

passou a buscar a instantaneidade para a mensagem jornalística escrita. (MARTINEZ, 2010, p. 15)

Em meio às mudanças impostas pela internet, grandes revistas, jornais e outros meios de comunicação passaram a produzir um *webtrabalho*, nesse lugar em que a notícia acompanha a imediatez característica da mídia *online*, produzindo o efeito de que a informação está sempre ao alcance da mão. De acordo com Nogueira (2003, p. 160),

[...] de certo modo, a lógica do tempo informativo entrou, nas diversas instâncias e para os diversos agentes do espaço público, numa era de quase imediatez absoluta. Os utensílios de mediação permitem tempos cada vez mais curtos no cumprimento do ciclo comunicacional.

É nesse contexto que se encontra nosso *corpus*, composto por notícias *online*, gênero discursivo⁴² que pertence à ordem do relatar (DOLZ; SCHNEWLY, 2004), portanto, atrelado ao regime textual em que se insere a sobreasseveração. Essas notícias, de acordo com qualquer manual de jornalismo, teriam a finalidade primeira de serem "claras, imparciais e esclarecedoras dos acontecimentos sociais". O jornalismo *online*, ao reproduzir os acontecimentos da última hora, seleciona-os e elabora a notícia, interferindo, durante esse processo, no funcionamento das citações e sobreasseverações que são constitutivas dessa notícia.

De acordo com Nogueira (2003, p. 160) “[...] é inquestionável que se verifica uma relação cada vez mais célere entre emissor (pela possibilidade de disponibilização imediata dos conteúdos) e receptor (pelo acesso mais rápido a esses conteúdos)”, o que permite a consulta a informações, quase que em tempo real. “Uma vez que essa tendência está aumentando, é imprescindível enfatizar a importância de escrever textos breves que não renunciem à qualidade”, complementa Edo (2007, p. 5, tradução nossa⁴³).

⁴² Tratamos a notícia como gênero, embora não seja nosso interesse neste trabalho descrever tema, composição e estilo da notícia *online*. Interessa-nos, portanto, mostrar brevemente algumas características dessa notícia *online*, que permitem explicar o processo de retomada da sobreasseveração.

⁴³ “Y puesto que esta tendencia va aumentando, es imprescindible hacer hincapié en la importancia de escribir textos breves que no renunciem a la calidad”.

A notícia *online* possui características específicas que a difere da notícia impressa. Entre as diferentes características que podemos encontrar em nosso *corpus*⁴⁴, as mais recorrentes são: a hipertextualidade, que abre a possibilidade de se aprofundar na notícia em diferentes textos ou mesmo arquivos multimídia como áudio e vídeo; a interatividade, que possibilita ao leitor interferir no ambiente em que a notícia *online* é veiculada, ou mesmo interagir com o autor e os demais leitores; a multimídia, que pode ser observada pela convergência entre a notícia (fato social) e os dois elementos anteriores. Essas características não são estanques, tampouco únicas. Uma página de internet de jornal ou revista pode trazer essas características tanto no *layout* da página em que a notícia é inserida, quanto no seu próprio corpo. O que podemos afirmar é que não há páginas de internet que veiculam notícias totalmente estáticas, como observa Nogueira (2003, p. 164-165), pois a notícia do periódico *online* exibe a

[...] coexistência de diversos elementos: imagens fixas, texto, manchas gráficas, logotipos, ícones, imagens animadas, etc.. Facilmente percebemos então que a lógica da apresentação da informação na internet deve mais ao design gráfico e à tipografia (pois o texto tem um papel predominante) do que à lógica do monitor televisivo, aquele que antes da invenção do ecrã do computador era o nosso formato nobre incontestado. (NOGUEIRA, 2003, p. 160)

Essas características observadas por Nogueira (2003) se aproximam das características do layout da figura 5, a seguir:

44 As características reunidas aqui são gerais, e podem não ocorrer em todas as notícias *online*.

domingo, 10 de outubro de 2010 - 23h50 Atualizado em segunda-feira, 11 de outubro de 2010 - 10h24

Serra e Dilma trocam ataques durante o debate da Band

Da Redação | brasil@eband.com.br

A Rede Bandeirantes promoveu na noite deste domingo o primeiro debate do segundo turno da eleição presidencial. O confronto - mediado pelo jornalista Ricardo Boechat - mudou o tom da campanha e foi marcado pela troca de acusações entre os participantes, Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), que adotaram uma postura mais franca em relação aos embates realizados no primeiro turno. Dilma disse ser vítima de acusações difamatórias e caluniosas vindas do partido tucano e de seu vice, o deputado Indio da Costa (DEM).

Serra, por outro lado, afirmou que Dilma se "vitimiza" e que ele também foi vítima da campanha da petista. A privatização de estatais foi um dos temas que abordados pelos candidatos. O assunto tomou boa parte do terceiro e quarto blocos.

O tucano declarou também que Dilma não mostra suas posições, como sua visão sobre a descriminalização do aborto. A petista rebateu respondendo que, para ela, o tema deve ser tratado como questão de saúde pública. "Entre

Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) adotaram uma postura mais franca em relação aos embates realizados no primeiro turno
Foto: Nelson Almeida/AFP

Veja também

- Dilma diz que campanha de Serra é feita à base de calúnias; para o tucano, a petista se "vitimiza"
- No segundo bloco, Dilma e Serra trocam acusações sobre privatizações
- Candidatos debatem privatizações e genéricos no terceiro bloco
- Serra acusa Dilma de esconder Collor e

Receba notícias

Nome E-mail **Enviar**

Aceito receber e-mails da Band e parceiros

Últimas

- Mundo**
Tumba de princesa faraônica é descoberta no Cairo
- Cidades**
SP: homem tem perna decepada por serra elétrica
- Cidades**
Homem é morto a pauladas em São Paulo
- Cidades**
SP: cerca de 1,8 mi visitaram os 22 cemitérios municipais da capital
- Mundo**
Alemanha: feira reúne animais de estimação

Figura 5. Layout de uma notícia *online*⁴⁵

Ao acessar um site, o usuário tem a possibilidade de observar certa quantidade de itens possíveis, e pode decidir para onde deseja direcionar sua leitura dentro das possibilidades postas pelo *site*. A notícia em si (título, lide e texto) faz parte dessa junção maior que é a página da internet, suporte que abre a possibilidade de outras leituras e compõe o quadro da notícia.

Como o hipertexto engloba todas as características levantadas por Nogueira (2003), a notícia *online* pode ser aproximada metaforicamente a uma árvore, nos termos de Martinez (2010), "árvore informativa". Segundo essa autora, a notícia está lá, é um acontecimento histórico-social; o fato primeiro é o tronco da árvore metafórica. Na figura 5, a notícia retoma o fato debate político.

Uma das características da notícia *online* é fazer emanar, a partir dessa notícia "tronco", na velocidade do seu acontecimento, notícias laterais, que são "os galhos" interligados por meio de outra característica da notícia *online*, os *hiperlinks* (na figura 5 eles correspondem às letras em vermelho da coluna "Veja também"), dispostos na

⁴⁵ Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/?id=10000356175>. Acesso em: 02 jun. 2012.

página em que as notícias são veiculadas. Esses *hiperlinks* são caminhos que direcionam os leitores às notícias disponíveis, permitindo ao usuário ir e vir, optar por caminhos diferentes de leituras entre ao “galhos” possíveis. Os *hiperlinks* podem também direcionar seu leitor a recursos multimídia, como vídeos, áudios, imagens, etc., que compõem toda a página em que a notícia é inserida.

A rapidez com que a notícia *online* necessita ser publicada torna o uso do *hiperlink* um recurso que pode funcionar como efeito de compromisso com a verdade, uma vez que seu uso pode direcionar o leitor para o local que comprove o que se diz na notícia⁴⁶ (vídeo, áudio, imagem, outra publicação, etc.). Esse é um diferencial da notícia *online* em relação à impressa: o texto passa a ser não-sequencial, os “galhos” permitem que o leitor construa seus textos pelos caminhos que escolher percorrer, embora permitam ir e vir somente nos galhos disponíveis, o que torna essa árvore mais ou menos limitada.

Algumas características que poderíamos considerar indissociáveis da textualidade, como a linearidade e a densidade, são subvertidas pelo hipertexto, em que cada leitor é de certo modo autor de seu próprio percurso. Ainda que essa liberdade seja sem dúvida sobremodo restrita, nem por isso essa possibilidade deixa de modificar práticas profundamente arraigadas. (MAINGUENEAU, 2006, p. 226-227)

A possibilidade de atrelar ao corpo ou ao *layout* das notícias *online* recursos como *hiperlinks*, vídeos, imagens e sons dão uma dimensão nova e imprevisível às interpretações, permitindo que a leitura das notícias *online* fuja, em parte, às coerções interpretativas que o gênero impresso poderia direcionar.

Essa possibilidade, potencializada pelas ferramentas da internet, dá ao leitor a condição de reatividade, uma vez que é ele quem “faz” o texto final, indo de nó em nó de acordo com sua experiência de vida e seus interesses específicos. (BALDESSAR; ANTUNES; ROSA, 2009, p. 3)

Outro conceito recorrente em ambiente *web* de informação diz respeito à interatividade entre notícia e leitor. Os recursos *online* abre a possibilidade de o leitor

⁴⁶ Embora o hiperlink possa ser composto de uma sobreasseveração, uma vez que evidencia textos curtos, parece-nos estar mais próximo das sobreasseverações fracas, que pode ser comprovada no próprio texto a que remete. Por esse motivo, não nos aprofundaremos nessa análise.

interagir com outros leitores e com o jornalista nos ambientes *web*. Essa interação⁴⁷ pode ocorrer de diversas maneiras. Na notícia *online*, a forma mais visível é realizada pelos comentários que, espacialmente, localizam-se ao final de alguns sites de notícias, *blogs*, etc.. Esses comentários evidenciam uma interpretação do leitor sobre o texto. Devemos lembrar que esses comentários podem sofrer coerções diversas. Em muitos *sites*, eles passam pelo crivo de um moderador, papel do responsável por aceitá-los ou não. Mesmo que a figura do moderador não exista, comentários indesejados podem ser editados ou excluídos, com o auxílio de ferramentas de gestão de *sites*. Até mesmo as notícias *online* podem ser alteradas a qualquer momento, por quem está autorizado para isso.

A multimídia está relacionada aos recursos multimídia disponíveis a partir do uso da plataforma *web*. Um dos grandes ganhos da junção jornalismo e internet foi a utilização dessas ferramentas. Nas notícias *online*, a multimodalidade pode ser observada em textos onde vários tipos de mídias são utilizados, como vídeos, imagens, sons e *hiperlinks*. Trata-se de “um recurso atraente e que costuma facilitar o entendimento, dando o poder para o leitor ir para onde bem entender dentro da matéria, sendo, usualmente, não-linear e não sequencial” (BALDESSAR; ANTUNES; ROSA, 2009, p. 3).

Entre os recursos multimodais, o *hiperlink*, em especial, tem uma característica que nos chama a atenção. Seu emprego confere à notícia um tom de seriedade, de comprovação do fato narrado. Atrelar a notícia de um debate político a um *hiperlink* que comprove que a fala inserida na notícia é aquela proferida pelo ator político é uma forma de dar credibilidade e fortalecer o *ethos* de sério e imparcial do veículo.

As notícias *online* que nos servem de *corpus* não possuem *links* direcionados a vídeos; algumas possuem “galhos” que compõem, como vimos na figura 5, a grande “árvore de notícias”. Essas características podem ser mais ou menos acentuadas nos diferentes meios de comunicação que publicam notícias *online*. No entanto, o tratamento dado à sobreasseveração feita pelo autor da fala relatada nos parece ter papel fundamental no processo de construção de todas as notícias *online* que nos servem de *corpus*, o que nos permite observar esse processo como característica desse gênero.

⁴⁷ Embora reconheçamos que possam existir diferenças entre interatividade e interação, neste trabalho utilizamos os termos como sinônimos.

Como seguem um mesmo padrão composicional⁴⁸ (resumem-se a título e texto, normalmente escritos em terceira pessoa), as notícias *online* nos permitem refletir sobre as rotinas dos jornalistas, parte integrante da maquinaria midiática, que produzem e põem em circulação as notícias *online*, uma vez que as etapas dessa elaboração são objeto de manobras dessa maquinaria. Nas palavras de Maingueneau (2006, p. 155), “o gênero do discurso restringe ‘acima’ seu modo de elaboração, assim como restringe ‘abaixo’ seu modo de difusão”. Nesse sentido, acreditamos ser importante fazer uma breve contextualização histórica da auto-imagem desses veículos.

Parte integrante do Grupo Folha, o Universo *Online* (UOL), foi ao ar pela primeira vez em 1996. Inicialmente, trouxe os serviços de bate papo e a edição diária da Folha de S. Paulo, além de reportagens do “The New York Times” traduzidas para o português. O UOL tem como princípios “Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade”⁴⁹, os mesmos do grupo Folha. “Credibilidade e inovação” são apontadas como valores da empresa.

CARTA CAPITAL foi fundada em 1994, pelo jornalista ítalo-brasileiro, Mino Carta. O site da revista só foi disponibilizado em 2004. Sua proposta está “calcada no tripé do bom jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde que se manifeste”⁵⁰. A revista, representada por Mino Carta, assumiu, em 2010, o posicionamento favorável à candidatura de Dilma Rousseff.⁵¹

A revista VEJA faz parte do Grupo Abril, o maior grupo de comunicações da América Latina. Lançada em 1968. Veja.com, portal da revista, afirma ter como princípios editoriais: “independência, isenção, responsabilidade jornalística e a defesa intransigente dos interesses do Brasil”⁵², os mesmos da revista impressa⁵³. A proposta do portal é por “os fatos em perspectiva”.

⁴⁸ Não nos aprofundaremos nas características de tema, estilo e estrutura composicional do gênero propostas por Bakhtin (2003), embora cumpra observar que elas a situação de comunicação definem essas características que podem ser mais ou menos estabilizadas e sua construção depende, ainda, do posicionamento do veículo.

⁴⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>. Acesso em: 01 mai 2012.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc/>. Acesso em: 01 mai 2012.

⁵¹ O editorial com título “Por que apoiamos Dilma” foi publicado em 30 de setembro de 2012 no site da revista. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-apoiamos-dilma/>. Acesso em: 01 mai 2012.

⁵² Disponível em: http://www.publiabril.com.br/upload/files/0000/0857/M_dia_Kit_Veja_Digital.pdf. Acesso em: 01 mai 2012.

O canal da rede Bandeirantes (BAND) integra o Grupo Bandeirantes e foi colocado no ar nos anos 80. Afirmado calcar-se nos pilares de credibilidade e independência, o noticiário da BAND se propõe ser crítico, opinativo e independente⁵⁴. Historicamente, a emissora possui uma posição importante no cenário político-televisivo da televisão aberta, tendo sido a primeira a promover debates políticos, o que a leva se considerar “sinônimo de tradição em debates políticos”. O primeiro debate político que promoveu na TV foi o de 1982, para governador de São Paulo. Em 1989, foi pioneira também em apresentar o primeiro debate político televisivo entre presidentiáveis no Brasil. A tradição em apresentar esses debates tem se mantido desde então. Em 2001, foi inaugurado o BandNews canal que transmite notícias 24 horas por dia.

Terra Networks S.A é uma companhia multinacional espanhola que comprou em 1999 a empresa brasileira NutecNet e implantou no Brasil uma das filiais de seu portal TERRA. O TERRA brasileiro foi fundado pelo presidente da *Telefónica* Juan Villalonga. Seus princípios estão “baseados no tripé Notícias-Entretenimento-Esportes”⁵⁵.

A revista ÉPOCA pertence às Organizações Globo. Publicada pela Editora Globo, é uma revista semanal de grande circulação no Brasil. Lançada em 1998, ÉPOCA já nasceu digital. Contemporânea, a revista trouxe para o Brasil o estilo de notícias úteis ou *news you can use*, estilo de reportagem americano e europeu que aplica uma visão otimista em relação às notícias que veicula⁵⁶. Em relação ao jornalismo, a revista se propõe praticar um “jornalismo investigativo, com informação, detalhes e análises das diversas frentes que compõem todo e qualquer fato”⁵⁷.

CORREIO BRAZILIENSE é a marca de um periódico impresso, fundado por Assis Chateaubriand, em 21 de abril de 1960, mesmo dia em que a cidade de Brasília foi inaugurada. Pertencente ao grupo Diários Associados, o jornalismo do CORREIO BRAZILIENSE passou a investir em novas mídias, por meio do portal *CorreioWeb*, disponível na rede de internet desde 1996. O site do jornal CORREIO BRAZILIENSE

⁵³ Na verdade, trata-se de um veículo que faz oposição sistemática ao PT, partido que, quando da realização dos debates, se encontrava no governo havia oito anos.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.band.uol.com.br/grupo/jornalismo.asp>. Acesso em: 01 mai 2012.

⁵⁵ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_Networks. Acesso em: 01 mai 2012.

⁵⁶ Informação disponível em: <http://corp.editoraglobo.globo.com/historia/>. Acesso em 01 mai 2012.

⁵⁷ Disponível em: http://epoca.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Epoca_2012-PT.pdf. Acesso em 01 mai 2012.

foi lançado somente em 2008, no aniversário dos 48 anos de Brasília e do próprio jornal.⁵⁸

Para que possamos compreender como a maquinaria midiática constrói o gênero notícia *online* por meio da intervenção no processo de sobreasseveração de relatos de falas, que envolve especificamente um movimento de destextualização entre as modalidades da língua falada (no debate político-televisivo) e escrita (na notícia *online*), abordaremos especificamente essa dicotomia no próximo tópico.

2.4 Fala e escrita

Outro aspecto importante para nossa análise diz respeito às diferenças entre a oralidade e a escrita. Como nossos *corpus* é composto por um debate televisivo (transcrito) e notícias *online*, não podemos deixar de levantar algumas características que estão envolvidas no *continuum* da fala e escrita “[...] duas modalidades de uso da língua, possuindo cada uma delas características próprias; isto é, a escrita não constitui mera transcrição da fala” (KOCH, 2006, p. 43).

Para nossa análise, é importante reconhecer como se processa a dextextualização de um enunciado que sai da oralidade de um debate televisivo e vai para o texto escrito de uma notícia *online*, processo no qual se operam alterações que consistem apenas em adequações entre as modalidades oral e escrita, não sendo evidências de polêmicas propriamente ditas. Por esse motivo, essas modalidades merecem uma distinção, mesmo que a aproximação entre uma e outra seja inevitável.

Sobre os estudos que abordam essa temática, reconhecemos a importância do material organizado por Jubran e Koch (2006), que reúne outros autores de renome em torno da “Construção do texto falado”, na coleção “Gramática do Português Culto Falado no Brasil”.

De acordo com o texto *Especificidades do texto falado*, de Koch (2006, p.44), são características da fala: ser contextualizada, o que, em uma reescrita, pode exigir que o contexto seja retomado; possibilitar maior número de implícitos, pois a enunciação face a face permite esse recurso; apresentar redundâncias, com repetições e retomadas

⁵⁸ Disponível em: www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=14. Acesso em 01 mai 2012.

constantes; não ser planejada, mas espontânea; ser fragmentada e incompleta, uma vez que se constrói por jatos de linguagem⁵⁹; ter predominância do *modus* pragmático (relação entre signos e seus usuários); apresentar pouca densidade informacional, sem muitos referentes, o que lhe atribui baixo grau de informatividade; construir-se predominantemente com frases curtas, simples ou coordenadas, com pequena frequência de passivas, poucas nominalizações e menor densidade lexical.

Em contrapartida, a modalidade escrita, segundo Koch (2006, p.44), caracteriza-se por: ser contextualizada; ser mais explícita, condensada e planejada; não se apresentar de forma fragmentada, mas completa; possuir predominância do *modus* sintático (relação entre signos); ter maior densidade informacional; construir-se, predominantemente, com frases complexas, subordinação abundante, emprego frequente de passivas; grande número de nominalizações, o que lhe atribui ao texto alto grau de informatividade. Essas características metadiscursivas demonstram clara oposição entre as duas modalidades da língua.

No entanto, na análise que nos propomos, consideramos que essa diferenciação entre fala e escrita não pode ser considerada estanque, mas sim prototípica. Em nosso *corpus*, nem todas essas características estão presentes, pois a cena enunciativa que se constrói, no debate televisivo ou notícia *online*, não permite que todas elas se sobressaiam. Essas características estão, portanto, mais próximas de aspectos prototípicos, situadas em um *continuum*, do que em polos opostos. Como afirma Maingueneau (1997, p. 94) “nenhuma classificação deste assunto é satisfatória; uma classificação sintética permanece muito abstrata e pouco utilizável, enquanto uma classificação detalhada se desdobra ao infinito”.

Como a análise exige de nós uma posição, deixamos claro que não acreditamos que a oralidade do discurso político em um debate televisivo seja eminentemente implícita, não planejada, incompleta, pouco elaborada e tenha menor densidade lexical. Também, não acreditamos que o *modus* pragmático tenha uma clara oposição com o *modus* sintático. Se invocarmos um paralelo prototípico de fala e escrita, poderemos situar nosso *corpus* no seu entremeio, no *continuum* entre esses dois termos. Isso porque

⁵⁹ Esse conceito se refere à noção de *idea unit*, postulada por Chafe (1980), que por sua vez se refere a jatos de linguagem que transmitem ideias completas. Cada jato de linguagem possui toda a informação que pode ser apreendida pelo falante, não necessariamente são marcadas por pontuação (pausas) e sim pelo que o autor denomina de “consciousness”. Evidenciam, dessa forma, que a memória do falante é curta e só é capaz de focalizar a última unidade informacional, expressa em sua memória de curto prazo.

o debate televisivo não é inteiramente espontâneo, os candidatos conhecem previamente os temas que serão discutidos, assim como sabem os temas que seus adversários usam com frequência para questioná-los, e se utilizam, normalmente, de uma linguagem culta para se posicionar. Também, no debate televisivo não há interferências entre os candidatos à presidência, como acontece em conversas espontâneas em que as características levantadas por Koch (2006) seriam mais evidentes.

Nesse sentido, Charaudeau (2010) especifica duas situações diferenciadas que consideramos pertinentes para complementar os dados elencados por Koch (2006), especificamente os que se referem à fala: i.) a situação dialogal, em que os sujeitos estão presentes e há um diálogo entre eles, e ii.) situação monologal, em que a troca não é permitida, como no caso do debate político televisivo. O interlocutor no debate televisivo não é efetivamente o adversário político, que serve de suporte ao discurso do candidato, mas, sobretudo, o telespectador cujo voto se deseja conquistar.

Nesse caso, o locutor se encontra numa situação na qual ele não pode perceber imediatamente as reações do interlocutor (pode apenas imaginá-las). Logo, não está ‘a mercê’ de seu interlocutor e pode organizar o que vai dizer de maneira lógica e progressiva. (CHARAUDEAU, 2010, p. 71)

Há ainda o papel de condutor do debate, exercido pelo Moderador, responsável por mediar a fala dos políticos, fazer interrupções que resultam em perda imediata do direito à voz concedida ao outro (como resposta, réplica ou tréplica), inserir um novo tema à discussão, iniciar ou finalizar um novo bloco de perguntas e respostas.

No texto escrito, em que se opera uma retextualização⁶⁰ do dizer oralizado, algumas características específicas da fala (correções, marcadores discursivos, hesitações, interrupções) tendem a serem apagadas, com fins de adequação à prototipicidade das orações (que, veremos, não é propriamente sintática). Diante dessas duas diferentes modalidades de discursivizar o dizer, podemos falar em coprodução discursiva, assim como Koch (2006, p. 40) o faz ao considerar que

⁶⁰ O termo “retextualização” será utilizado nesse trabalho para tratar, especificamente, da transformação de uma produção oral em uma produção escrita (MARCUSCHI, 2010).

Todo texto é resultado de uma coprodução entre interlocutores: o que distingue o texto escrito do falado é a forma como tal coprodução se realiza. No texto escrito, a coprodução se resume à consideração do Outro para o qual se escreve, não havendo participação direta e ativa deste na elaboração linguística do texto, em função do distanciamento entre escritor e leitor. [...] No texto falado, por estarem os interlocutores copresentes, ocorre uma interlocução ativa, que implica um processo de coautoria, refletindo, na modalidade linguística, por marcas de produção verbal conjunta.

A coprodução da oralidade também nos parece ter coerções em relação ao debate televisivo. Como salienta Charaudeau (2010, p. 71), é importante considerar ainda “[...] se os parceiros estão presentes [...]; se o canal de transmissão é oral ou gráfico; se a troca é permitida ou não”. No debate televisivo, não há colaboração direta entre as falas, em que um completa a fala do outro ou contribui para a manutenção do enunciado, mas há sim colaboração na construção dos temas levantados por um ator político que será questionado, refutado, arguido pelo outro, uma vez que a troca especificada pelo autor não é conveniente. O movimento de pergunta e resposta do debate político produz elos entre os dizeres e suporta a coautoria dos discursos.

Para que possamos analisar o funcionamento das sobreasseverações, é importante esse levantamento de características da oralidade e da escrita inscritas na maquinaria midiática, uma vez que não levamos em conta as adequações decorrentes da passagem de uma modalidade para outra, caso isso não implique modificação de sentido. Ampliaremos informações sobre esse assunto e levantaremos exemplos sobre ele em nossa análise.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DAS CITAÇÕES E SOBRESASSEVERAÇÕES EM NOTÍCIAS *ONLINE*

O percurso teórico realizado até o momento exigiu de nós algumas escolhas que trazem resultados importantes para a pesquisa. Antes de proceder à análise, resgatamos nossos objetivos, deixando claro que nos interessa, neste trabalho, analisar a abordagem dada pela notícia *online* à sobreasseveração, focalizando, especificamente: a) as situações em que o lugar de sobreasseverador é imputado a um locutor que não efetuou aquele destaque no texto-fonte; b) as manobras a que é submetido o enunciado sobreasseverado no texto-fonte. Neste caso, procuramos caracterizar tais alterações.

É possível que a análise e os exemplos levantados demonstrem que algumas manobras estão intimamente ligadas; ou que, em um mesmo enunciado, identifiquemos manobras distintas ou complementares. A identificação dessas manobras nos permite observar de forma categorizada como se processa o funcionamento discursivo desses enunciados que saem de um contexto onde significam para significar em outro.

Para que possamos caminhar em direção à análise e alcançar nossos objetivos, julgamos necessário ponderar que algumas retomadas de enunciados não nos parecem estar relacionadas especificamente a manobras de citação ou sobreasseveração. É o caso das adaptações da modalidade da língua oral para a modalidade da língua escrita, cujas diferenças enumeramos no capítulo 2.4. Essas correções são impostas pelo gênero notícia *online*, não se tratando, propriamente, de uma alteração. Nas notícias que compõem nosso *corpus*, essas adequações entre as modalidades oral e escrita são constantes e perpassam grande parte de nosso objeto, pela necessidade de adequação ao gênero e à formalidade exigida pela notícia *online* que deve, por coerções da maquinaria, estar mais voltada à prototipicidade da escrita com a norma culta da língua portuguesa.

(1)

DILMA ROUSSEFF: [...] a sua esposa, a dona Mônica Serra, eu vou dizer o que ela falou, ela disse: “A Dilma é a favor da morte de criancinhas”. (BAND)

CARTA CAPITAL: “Sua esposa disse que ‘a Dilma é a favor da morte de criancinhas’”.

Como podemos observar no exemplo (1), CARTA CAPITAL altera a fala de Dilma por meio de correções das características da oralidade (repetições, inversão da oração), sem acarretar mudança de sentido nos enunciados destacados. Essas são adequações da fala que passa por um processo de retextualização ao ser transformado em escrita, e, antes de mais nada, uma característica da maquinaria que produz a notícia *online*.

Da mesma forma, não consideramos como manobras as informações esclarecedoras de significado de siglas, por exemplo, inseridas na fala dos atores políticos. Essas inserções complementam a informação dada, como ocorre no exemplo (2), em que o UOL julga ser importante para a compreensão de seu leitor a informação considerada como dada no debate, mas que, devido ao recorte e destextualização a que o enunciado foi submetido pode não estar na memória de todos, nesse outro momento enunciativo.

(2)

DILMA ROUSSEFF: [...] você regulamentou o acesso ao aborto no SUS. (BAND)

UOL: Você regulamentou o acesso ao aborto no SUS [Sistema Único de Saúde].

Em ambos os casos, trata-se de situações de enunciação diferentes, que precisam ser mais ou menos contextualizadas. No processo de retextualização, a necessidade de se contextualizar na língua escrita é latente, visto que os interlocutores da enunciação da notícia *online* podem não ser os mesmos do debate político-televisivo.

A categorização que propomos dos tipos de manobras impostas às citações e sobreasseverações parece-nos uma opção metodológica relevante para que possamos compreender o funcionamento desses destacamentos nas notícias *online* que compõem nosso material de análise.

3.1 Manobras sintetizadoras da enunciação

Nessa primeira categoria, estão as manobras que promovem uma síntese avaliativa do debate político televisivo, como um todo. Em poucas palavras, os jornais ou revistas traçam uma visão geral do debate político, conforme o posicionamento de cada um dos jornais e revistas. Nos próximos tópicos, abordaremos diversas facetas dessa manobra de síntese.

3.1.1 Título sintetizador de uma posição

As falas destacadas do debate são submetidas a procedimentos de editoria por parte da maquinaria midiática e, mesmo quando reprisadas em seu meio de origem (neste caso, a televisão), sofrem cortes e justaposições que lhes alteram o significado. Esse procedimento é ainda mais visível quando se trata de uma passagem do texto falado para o escrito. É o caso de manchetes, olhos ou títulos, exemplos de sobreasseverações que, ao se propor resumir o evento, assumem uma posição avaliativa do desempenho dos participantes e do debate, como um todo. Nas publicações de notícias *online*, consideramos que o título da notícia é uma manifestação de tomada de posição, pois a síntese que elabora mostra-se como uma forma de chamar a atenção do leitor ao que pode ser um resumo do confronto discursivo veiculado pela TV. A tomada de posição está relacionada à cenografia construída em torno da notícia e se evidencia logo no título de cada uma das notícias que compreendem nosso *corpus*. Vejamos:

(3)

CARTA CAPITAL: No 1º debate, Dilma reage e dá novo tom à campanha no 2º turno.

BAND: Serra e Dilma trocam ataques durante o debate da Band.

UOL: Petistas comemoram e tucanos criticam estratégia de Dilma.

VEJA: Debate na televisão renasceu neste domingo.

TERRA: No debate mais duro da eleição, Dilma e Serra trocam acusações.

Os títulos em (3) representam uma tomada de posição do jornal em relação ao debate televisivo, ao mesmo tempo em que instituem uma cenografia e trazem pistas sobre qual será o tom da notícia sobre o debate. Nesse sentido, já podemos observar que cada título apresentado em (3) constrói uma cenografia, que será sustentada e validada por diferentes elementos na construção da notícia *online*. Algumas escolhas lexicais dos

títulos são evidências da cenografia, do tom que será dado à interpretação por cada veículo de informação em relação ao que foi apresentado no debate televisivo; todos eles em forma de resumo, de síntese.

Sem destacar candidatos, em seu título, VEJA sobreassevera o evento político como o renascimento do debate televisivo, sem dar maiores informações para o leitor. A dúvida fica em torno do motivo desse renascimento e de quem teria se saído melhor no debate, o que chama a atenção do leitor e, de certa forma, leva-o a ler a notícia para compreender o título. O que podemos observar é que ao optar por não destacar o desempenho de um ou outro candidato no embate, VEJA se apresenta com um *ethos* de isenção e neutralidade, em relação aos demais títulos resumitivos do debate. Esse *ethos* pode ser uma forma de cativar o leitor que vê nessa manobra a isenção de posicionamento do veículo, atribuindo a todo o texto essa qualidade, o que, veremos, não acontece.

Ao contrário de VEJA, os outros quatro veículos põem em relevo uma tomada de posição menos neutra. CARTA CAPITAL sobreassevera o debate como uma reação que resulta em “novo tom” da campanha, em consequência da reação de Dilma Rousseff. O título sugere pelo menos duas possíveis inferências: a primeira, de que Dilma não estava, até o momento do debate, em posição confortável ou de vitória, uma vez que há uma reação dela no debate; a segunda, de que a campanha possuía, até então, um tom diferente, supostamente favorável a Serra, e que agora é Dilma quem dá o “novo tom à campanha”. O UOL, assim como CARTA CAPITAL, sobreassevera que Dilma Rousseff fora vencedora, ao trazer em seu enunciado que “Petistas comemoram”. Se há comemoração, podemos concluir que a estratégia escolhida foi vitoriosa, o que se estende aos petistas e a sua candidata. Ainda, no mesmo enunciado de UOL, temos que “tucanos criticam estratégia de Dilma”, enunciado que abre a possibilidade de interpretação de que José Serra teria perdido o debate e, posteriormente à derrota, seus correligionários teriam criticado a estratégia de Dilma Rousseff.

A BAND não põe em evidência um único candidato, como fizeram CARTA CAPITAL e UOL, e destaca tanto Dilma quanto Serra. No entanto, o jornal sobreassevera como “ataque” o debate entre os dois atores políticos, já direcionando a cenografia de luta que será construída no discurso, como veremos adiante (cf. 3.3.9). O site TERRA tem a mesma posição da BAND e põe em relevo os dois candidatos,

direcionando a interpretação para uma troca de acusações entre os candidatos, o que teria resultado em um debate “mais duro”. De certa forma, a cenografia de batalha que se constrói no TERRA está relacionada à cenografia de disputa e luta da BAND.

Todos esses exemplos de títulos das notícias *online* que nos servem de *corpus* evidenciam, em maior ou menor grau, o posicionamento de cada veículo em relação ao acontecimento enunciativo do debate veiculado pela BAND. Tanto aqueles que não se posicionaram de forma clara no título quanto aqueles que já se posicionam, intensificarão seus posicionamentos no desenvolvimento do texto, em grande parte por meio de manobras efetuadas em sobreasseverações que se agrupam na construção discursiva da notícia *online*.

Como já observamos, os títulos em (3) são interpretações que se processam por um movimento de síntese da enunciação do debate e constroem cenografias diversas por meio de um tom que se sustenta no discurso. A tomada de posição logo no título, primeiro elemento da notícia, permite-nos pensar no tipo de posicionamento que essas escolhas, que silenciam tantas outras, podem evidenciar. Levam-nos a questionar também quais são os tipos de sobreasseverações estão sendo ali reunidas, uma vez que temos no título um resumo que, ao mesmo tempo, constrói uma cenografia e marca posicionamentos favoráveis e desfavoráveis aos candidatos. Algumas pistas, escolhas lexicais, a opção por evidenciar ou apagar os sujeitos políticos já nos direcionam para algumas interpretações possíveis de quais podem ser os posicionamentos que cada uma das revistas assume no discurso, pois o tom por elas empregado na sobreasseveração que serve de título “[...] constitui para nós uma dimensão que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 72).

Há nos títulos das notícias em tela a instauração de uma cenografia que legitima as cenas genéricas e englobante em um discurso que se propõe enunciar o que aconteceu no debate da BAND. Para se legitimar, a cenografia necessita que o outro, parceiro da enunciação, posicione-se como leitor da notícia, originando o discurso. Em tese, os títulos que deveriam ser uma síntese do debate possuem, cada um, uma forma específica de dar maior atenção a um ou outro fato, de interpretar a enunciação de uma forma e não de outra, de construir uma cenografia e não outra, que será sustentada durante todo o discurso. A interpretação do debate político é processada por um movimento de

síntese que apaga grande parte dos acontecimentos do debate, uma vez que resume toda a enunciação.

Outro processo de síntese que compreende essa primeira manobra discursiva diz respeito à interpretação das falas dos atores políticos, nesse caso os resumos não se processam sobre a enunciação, e sim sobre partes menores do texto, como veremos a seguir.

3.1.2 Interpretação da fala do ator político

Ainda em relação ao resumo elaborado sobre o debate político-televisivo, observamos um processamento de síntese específico das falas dos atores políticos. Essa modalidade não consiste em trazer a fala do outro para o discurso por meio do discurso direto; pelo contrário, opera-se uma interpretação indireta que assume uma tomada de posição em relação ao debate televisivo:

(4)

DILMA ROUSSEFF: [...] inclusive eu acho estranho você [José Serra] dizer certas coisas, porque você regulamentou o acesso ao aborto no SUS. Então, veja bem, eu sou acusada de coisas que eu inclusive não vou gostar de mencionar, pela sua própria esposa, sendo que você, você regulamentou, até eu concordo com a regulamentação, porque eu sou contra tratar a questão das mulheres, das duas mulheres que morrem por dia, ou um dia sim um dia não, por aborto, como uma questão de polícia. Entre prender e atender, eu fico com atender. (BAND)

VEJA: No passado, [Dilma] manifestou-se claramente em defesa da descriminalização do aborto, em diversas ocasiões. Ao constatar que isso lhe tirou os votos de um bom número de católicos e evangélicos, ela inverteu o seu discurso sobre o tema. No debate, Dilma retomou esse tipo de declaração, mas pautou-se, sobretudo, pela máxima de que o ataque é a melhor defesa.

CARTA CAPITAL: Desde o início da polêmica, Serra vem dizendo que Dilma defende o aborto, mas a candidata insistiu e mostrou que ela defende é que ele deixe de ser considerado crime, pois coloca milhares de mulheres pobres sob risco de morte.

BAND: O tucano declarou também que Dilma não mostra suas posições, como sua visão sobre a descriminalização do aborto. A petista rebateu respondendo que, para ela, o tema deve ser tratado como questão de saúde pública.

Como podemos observar, o site VEJA é o que mais se posiciona em relação à fala de Dilma. Abandonando a neutralidade simulada na sobreasseveração

anteriormente usada como título, a revista produz um discurso francamente contrário à candidata petista. VEJA traz para a notícia a informação de que Dilma “no passado, manifestou-se claramente em defesa da descriminalização do aborto, em diversas ocasiões”, informação que, como podemos observar no texto do debate em (4), não está presente na fala de Dilma. A contextualização produzida por VEJA é uma interpretação da revista, que se altera e comenta a fala da candidata, por meio de um movimento de síntese.

A interpretação dada a VEJA para a pequena frase, “Entre prender e atender, eu fico com atender”, é “pautou-se, sobretudo, pela máxima de que o ataque é a melhor defesa”. Substituiu, portanto, uma enunciação destacável, uma sobreasseveração construída pela enunciadora para sintetizar seu posicionamento em relação à questão, por uma aforização completamente deslocada. A interpretação de VEJA passa de um discurso que considera o cuidado com o social, de Dilma Rousseff, para uma redução à máxima que concentra sentidos de ataque, de luta, que confunde o leitor em relação à verdadeira intenção do dizer da candidata.

Ao dizer que “o ataque é a melhor defesa”, VEJA opta pela não circulação da pequena frase⁶¹, que seria favorável à candidata, e produz uma interpretação que resulta em uma aforização generalizante “o ataque é a melhor defesa”, que pode ser utilizado em contextos diferentes e com sentidos também diferentes. A sobreasseveração é transformada em uma aforização generalizante, que pode assumir diferentes sentidos em diferentes posicionamentos. Mas, como vimos, a seleção e o tom das informações adicionais dadas pela revista em (4) direcionam a interpretação do leitor: a candidata só teria mudado de opinião, após constatar ter perdido votos, por seu posicionamento em relação ao aborto.

A contextualização que antecipa a aforização evocada por VEJA faz todo sentido neste momento, pois direciona a interpretação do leitor aos sentidos produzidos pela revista, diferentes dos produzidos pela fala da candidata. A pequena frase “entre prender e atender, eu fico com atender”, proferida por Dilma, não surte o efeito pretendido na notícia do UOL. Conforme a teoria de Krieg-Planque (2011a), a mídia poderia fazê-la circular, o que não aconteceu.

⁶¹ Sobre esse conceito de pequena frase, temos uma seção específica dentro de nossa análise a que retomaremos esse exemplo.

A sobreasseveração da candidata também foi alvo de interpretação pela revista CARTA CAPITAL. Ao afirmar que Dilma “insistiu e mostrou que ela defende é que ele [o aborto] deixe de ser considerado crime”, opera-se uma alteração na sobreasseveração, a partir da consideração de que atender mulheres que praticam o aborto é deixar de considerá-lo crime. A revista ainda informa que a prática do aborto “coloca milhares de mulheres pobres sob risco de morte”, informação que não faz parte da fala de Dilma Rousseff. Em outro momento, a candidata fala sobre as mulheres que morrem por dia, mas não as caracteriza, como faz CARTA CAPITAL. A interpretação sobre quem pratica o aborto e quem precisa ser atendido por sofrer risco de morte é uma construção da revista atribuída à Dilma Rousseff: as “milhares de mulheres pobres”. O posicionamento indiciado pela revista não é de defesa do gênero, mas social, pois insinua que mulheres ricas, que podem pagar pelo aborto em condições seguras, têm acesso ao aborto. As pobres perecem.

A BAND, que também alterou a pequena-frase, interpretou a fala de Dilma como “tema [que] deve ser tratado como questão de saúde pública”. A interpretação não incide apenas sobre a pequena frase, mas sobre todo o contexto que ela engendra. Isso porque a pequena frase já funciona como uma sobreasseveração, uma síntese de um discurso anterior com o qual a candidata fecha sua fala. A interpretação da BAND não produz efeitos de sentidos contrários como VEJA; nem interpreta quem são as mulheres que morrem, como faz CARTA CAPITAL. Entretanto, a BAND não deixa de produzir uma interpretação da pequena frase, tida como resposta à crítica de José Serra (que preferiria prender), ao contrário de Dilma, que pretendia “tratar como questão de saúde pública” (ou seja, atender).

Como podemos observar, as sobreasseverações que se processam no título e as interpretações de trechos de frases têm em comum a necessidade pragmática de resumir e interpretar tanto uma enunciação completa, como trechos de falas dos atores políticos. Nesse movimento de escolhas, recorte, interpretação e de colocação em evidência de um ou outro enunciado, o veículo se posiciona em seu discurso.

As estruturas utilizadas pelos jornais e revistas *online* nessas sobreasseverações e interpretações podem levar à leitura de que esse foi o resultado efetivo do debate político-televisivo. É importante lembrar que o leitor não possui acesso ao texto-fonte. Nenhum leitor, a não ser que seja um pesquisador, irá transcrever horas de debate

político para verificar se o título está de acordo com o que foi apresentado no programa. O jornal se beneficia da memória de curto prazo dos leitores, para apresentar sua interpretação sobre a enunciação. Mesmo que os *hiperlinks* direcionem os leitores para os vídeos dos debates, essa comparação entre o acontecimento e a sobreasseveração ou interpretação é praticamente impossível. Portanto, essa manobra propicia o sentido de fidelidade entre o que está escrito no jornal ou revista e o debate.

3.1.3 Aproximação de duas frases

A aproximação de partes do texto que estão distantes dentro da enunciação do debate também parece ser uma manobra discursiva que visa alterar as declarações, a pretexto de síntese. Observemos:

(5)

DILMA ROUSSEFF: Eu acho, Serra, que você tem que ter **cuidado pra não ter mil caras**, porque a última mentira e calúnia contra mim ocorreu no caso em que vocês diziam que nós, a minha campanha, tinha aberto o sigilo. E aí o que aconteceu, há hoje uma denúncia em que você, o Juiz te denunciou **e você hoje é réu por calúnia**, pelo crime de calúnia e difamação. Então, você se cuida porque você está dando os primeiros passos pra entrar na questão da ficha limpa. (BAND, grifos nossos)

VEJA: “Você precisa ter cuidado para não ter mil caras, está sendo processado por calúnia.”

A síntese realizada por VEJA resulta da junção de duas partes do texto e do apagamento do trecho que vem após a primeira. Após o alerta inicial, “Você tem que ter cuidado para não ter mil caras”, omite-se um trecho e se substitui “você hoje é réu por calúnia” por “está sendo processado por calúnia”. Não vemos grandes modificações nesta última parte da enunciação, pois "ser réu" e "ser processado" parecem ter sentido semelhante; entretanto, o apagamento é significativo, se considerarmos que a sobreasseveração está entre aspas, dando a entender que a fala da candidata teria sido exatamente essa.

Consideramos que a utilização das aspas é uma manobra específica dessas alterações, por isso ela será abordada especificamente no item 3.2 em nossa análise. Neste momento, cumpre observar que o processamento desse tipo de alteração se dá por um movimento de resumo sob a lógica de recorte, que exclui partes inteiras do texto.

Esse movimento complexo atribui ao outro a responsabilidade do dizer que é, na verdade, o resultado de um processamento de síntese do jornal e não a fala propriamente dita do ator político.

3.2 Manobras de alteração do sentido

A segunda categoria de manobras observada nos relatos de notícias *online* compreende os processos de alterações/modificações realizadas, em maior ou menor grau, tanto no conteúdo textual quanto nos sentidos produzidos por esse processo. Para explicá-la, lançamos mão do conceito de competência discursiva (MAINGUENEAU, 2008a, pp. 49-58), que já abordamos em 1.2. Assim, embora os sujeitos não escolham “livremente” seus discursos, já que o conteúdo é historicamente determinado, podem dominar as propriedades estruturais de certos discursos, a partir da familiaridade com eles. Essa competência discursiva é que lhes permite interferir sobre os textos.

3.2.1 Discurso direto e indireto

A retomada das falas a partir do debate televisivo e sua inserção no contexto de relato das notícias *online* é marcada pelo recurso do discurso direto e indireto. O discurso indireto está voltado para uma interpretação da enunciação, e parece mais próximo do primeiro tipo de manobra aqui mencionado, em que o produtor da notícia traduz, com suas palavras, a enunciação do debate ou a fala do ator político, por meio de sínteses de conteúdo, a pretexto da reprodução da enunciação.

Esse recurso foi o mais utilizado nas notícias sobre o debate televisivo da rede GLOBO, que, como vimos, ocorreu um dia antes das eleições. A exigência de cumprimento da lei que estipulava prazo máximo para divulgação e publicidade sobre os atores políticos pode ter sido responsável pela ampla interpretação dos fatos quando do relato de falas referentes a esse debate. Aparentemente, realizar as “costuras” necessárias entre o discurso dos atores políticos e o discurso da revista ou do jornalista demandaria mais tempo, o que a situação de enunciação não permitia. As notícias sobre esse debate foram produzidas, em grande parte, pelo recurso ao discurso indireto. Vejamos o seguinte exemplo:

(6)

JOSÉ SERRA: Com relação à educação, eu tenho dito, e vou fazer isso, se eu for eleito farei isso: ter um plano nacional da educação e ter um pacto, um acordo, inclusive entre partidos, por cima dos partidos, com a sociedade, com todo mundo, pra ter um pacto nacional pela educação. (GLOBO)

CORREIO BRAZILIENSE: Serra apresentou mais um de seus projetos. Segundo ele, tem que ser feito um pacto nacional pela educação, um acordo com a sociedade que passe por cima de partidos e interesses políticos. “A alfabetização do aluno é básica, por isso, como prefeito e governador, coloquei dois educadores dentro da sala de aula: um professor e uma ajudante universitária”, proposta que pretende adotar em nível nacional.

Como podemos observar em (6), dificilmente o discurso indireto vem sozinho em sua construção nas notícias *online*. Ele é, normalmente, acompanhado por um discurso direto, entre aspas. No exemplo acima, podemos observar que o CORREIO BRAZILIENSE se utiliza dessa manobra de interpretar a fala de José Serra, e após o seu posicionamento procura comprovar o que diz, introduzindo a fala do candidato. É como se o jornal dissesse para seu leitor que “essa é a única interpretação possível”.

O discurso indireto produzido pelo jornal direciona a uma única interpretação do leitor, e a escolha do que virá entre aspas deve estar de acordo com essa interpretação, de forma a validá-la com as próprias palavras de quem o enunciado é recortado. Ao se utilizar do discurso indireto, o CORREIO BRAZILIENSE se posiciona “[...] como um tradutor que faz uso de suas próprias palavras para transmitir idéias de outro, passa a impressão de ser um simples porta-voz a serviço da transmissão neutra do sentido de uma mensagem anterior” (BENITES, 2002, p.60). Para que possamos observar como esse jogo entre discurso indireto e direto denota posicionamento do veículo, observaremos agora o seguinte exemplo:

(7)

DILMA ROUSSEFF: Ah! Outro elemento fundamental, na área do governo federal, foi a controladora geral da união. Por exemplo, foi responsável pela investigação dos sangue-sugas. Não sei se você lembra disso, ela que investigou, descobriu, que havia todo um processo de uso do dinheiro público na área da saúde, tanto é que chamou de sangue-suga a operação, e junto com a polícia federal, a CGU denunciou e a polícia federal investigou. No ministério público, é importantíssimo que não haja o engavetador-geral da república, que o procurador ele vá, tome conhecimento, vá e investigue. Eu

considero que é importante que nós façamos uma melhoria na justiça.
(GLOBO)

ÉPOCA: A primeira e única alfinetada foi de Dilma Rousseff, segundo quem o governo não pode ter um “engavetador-geral”. Era uma alusão a Geraldo Brindeiro, procurador-geral da República no governo FHC que ganhou o pouco honroso apelido de “arquivador-geral”.

Como podemos ver, em (7), ao produzir a notícia, ÉPOCA faz o resgate do referente “engavetador geral”, a quem Dilma se refere em seu discurso. Na oralidade, e pela coerção do tempo imposta aos candidatos no debate, esse termo poderia passar despercebido; a evidência é dada pelo jornal, que o destaca. Essa utilização autonímica das aspas chama a atenção do leitor para o termo “engavetador geral”, sua interpretação e explanação acontecem por meio do uso do discurso indireto.

Em relação ao uso discurso direto, operado normalmente com aspas, por modalizações autonímicas, podemos observar uma teatralização da enunciação em que personagens dialogam e se posicionam, de certa forma comprometendo-se com o que é dito. A utilização das aspas no discurso direto “[...] dá a segurança que decorre da ilusória sensação de exatidão das citações” (BENITES, 2002, pp. 59-60); ilusória, pois como temos visto nas manobras discursivas que incidem em citações e sobreasseverações, as aspas estão presentes com grande regularidade mesmo quando há alterações significantes do conteúdo da fala destacada. Os exemplos de modalizações autonímicas são vários, uma vez que consideramos todos os discursos inseridos entre aspas atendam a esse conceito.

A opção pela inserção dos discursos direto e indireto nesse terceiro tipo de manobra discursiva, não estamos pontuando que eles sejam mais utilizados nessa modalidade, pois todas elas se manifestam sempre em uma dessas formas de relatar o discurso. No entanto, é no discurso direto (e basta que a palavra, expressão ou frase esteja entre aspas para que seja considerado como tal) que os mecanismos linguísticos de escolha se manifestam mais claramente.

3.2.2 Ampliação ou inclusão de informações

Por ampliação compreendemos uma ação metadiscursiva que resulta em amplificação de sentido, isto é, o dizer é intensificado a ponto de alterar o sentido do

discurso. Essa é uma manobra que tem a intenção de chamar a atenção ou direcionar a compreensão do interlocutor, o leitor. Vejamos o exemplo a seguir:

(8)

DILMA ROUSSEFF: Você [Serra] regulamentou, até eu concordo com a regulamentação, porque eu sou contra tratar a questão das mulheres, **das duas mulheres que morrem por dia, ou um dia sim um dia não, por aborto**, como uma questão de polícia. (BAND, grifos nossos)

CARTA CAPITAL: Desde o início da polêmica, Serra vem dizendo que Dilma defende o aborto, mas a candidata insistiu e mostrou que ela defende é que ele deixe de ser considerado crime, pois coloca milhares de mulheres pobres sob risco de morte. “Concordo com a regulamentação (feita por Serra, em 1988). São **milhares de mulheres que praticam aborto** em condições precárias **(a cada ano)**.” (grifos nossos)

Em relação aos grifos, no exemplo (8) podemos observar que a fala de Dilma Rousseff no debate da BAND traz à luz a discussão em torno das mulheres que morrem por praticarem abortos. Em seu discurso, a candidata afirma que são “duas mulheres que morrem por dia” em consequência do aborto. Em seguida, especifica que essas mortes ocorrem “um dia sim um dia não”. Mesmo parecendo contraditório, ela menciona em sua fala que são duas mulheres que morrem por dia ou ainda que duas mulheres morrem em um dia e no outro não morre nenhuma, e assim sucessivamente. Na notícia *online*, CARTA CAPITAL informa ao leitor que são “milhares de mulheres que praticam aborto”. Nessa alteração enunciativa, ocorre uma ampliação de uma ou duas “mulheres que morrem por dia”, na fala de Dilma, para “milhares” no relato de CARTA CAPITAL. O referente também é modificado, deixando de ser “mulheres que morrem” e passando a ser “mulheres que praticam aborto”, mudança que certamente resulta em um número bem maior. Essa mudança de sujeitos dá maior amplitude ao problema do aborto porque evidencia outros índices, altera a informação apresentada pela candidata, sem deixar de responsabilizá-la pela fala; as aspas cumprem esse papel de atribuir a Dilma o dizer.

A ampliação aí ocorrida é notável. Se fizermos um cálculo da quantidade de mulheres a que Dilma se refere, duas, não chegaremos ao total de “milhares” de CARTA CAPITAL. Ainda que considerássemos duas mulheres, dia sim e dia não, ou mesmo duas diariamente não chegaríamos sequer a um milhar, quantidade distante da

apresentada pela revista. Há neste exemplo pelo menos três manobras discursivas, funcionando simultaneamente:

- i) a de ampliação do referente, uma vez que há uma diferença quantitativa em relação aos referentes dos dois discursos;
- ii) a de alteração da mensagem informada, que pode remeter a um outro dado estatístico, uma vez que CARTA CAPITAL não traz a quantidade de mulheres que morrem por causa do aborto, e sim a quantidade de mulheres que praticam o aborto;
- iii) o uso das aspas para marcar o discurso direto, isentando a revista da responsabilidade sobre o que é dito.

Essa relação entre a quantidade de pessoas que praticam o aborto e a quantidade de pessoas que morrem por praticá-lo não nos parece simétrica (todas as mulheres que praticam aborto morrem?). Mas, a informação da revista direciona o leitor à interpretação de que todas as mulheres que praticam o aborto, em situações precárias, morrem.

O emprego do verbo “praticar” denota certa recorrência e liberdade em relação à escolha de abortar ou não, ao mesmo tempo em que evidencia uma repetição dessa prática na sociedade. Durante toda sua campanha, Dilma sofreu muitas críticas em torno dessa temática. Por esse motivo, o verbo “praticar”, de certa forma, retoma o sentido de facilitação ao procedimento de aborto que faz parte da memória do eleitorado, assim como o sentido envolto ao discurso de aceitação por parte da candidata que se mostra, na fala, favorável à regulamentação. “Praticar” é um verbo de ação e, inserido dentro do discurso de Dilma, como foi possível observar em (8), evidencia em CARTA CAPITAL um sujeito que deixa de ser passivo, que sofre por causa do aborto, e passa a ser ativo, que “pratica” a ação. Transforma-se numa relação de causa (apontada por Carta Capital) a consequência (apresentada por Dilma Rousseff), evidenciada, respectivamente, por uma contradição entre um sofrer (a morte) e um agir em relação ao aborto.

A fala de Dilma possibilita a interpretação de que a mulher sofre por consequência do aborto; já em CARTA CAPITAL a mulher é a responsável pelo aborto porque é ela quem o pratica. A amplificação dos dados dá outra dimensão ao problema, intensifica-o de tal modo que a situação sai de duas por ano, como exposto na fala de Dilma, para milhares ao ano na notícia da revista.

Da mesma forma que ampliaram o referente em (8), também os veículos inserem informações que vão além de adequação entre as modalidades falada e escrita. No mesmo exemplo, podemos observar na fala de Dilma que as mulheres que morrem por aborto não são especificadas, apenas as mulheres que morrem aparecem no discurso da candidata. CARTA CAPITAL inclui o adjetivo "pobres" à informação, afastando a possibilidade de mulheres ricas ou mulheres de outra classe social também correrem esse risco.

O sentido da fala de Dilma é alterado por essa informação que delimita, especifica quem são as mulheres que morrem por consequência do aborto. Já assinalamos no capítulo 2 sobre a construção do *corpus* que CARTA CAPITAL se posicionou a favor da eleição de Dilma Rousseff. Nesse sentido, vemos que a especificação das mulheres por CARTA CAPITAL está relacionada ao discurso do PT, voltado aos mais pobres, ou seja, ao posicionamento político do jornal.

3.2.3 Omissão/Exclusão

No item 1.3.2 desta dissertação, levantamos a discussão em torno do funcionamento do silenciamento como recorte nos sentidos. Para que um jornal selecione uma parte do debate televisivo e o coloque em evidência nas notícias, deve operar um movimento pragmático de escolha daquilo que convém ao jornal ser evidenciado. Uma das características desse processo de destextualização bastante recorrente se dá pela omissão ou exclusão de algumas palavras.

A própria seleção de uma porção de texto já opera o apagamento de um contexto maior, de uma porção maior de texto, de um sentido mais amplo. Esse apagamento pode se evidenciar por uma exclusão, uma ação de “jogar para fora” da notícia aquilo que não convém ou não pode ser dito, característica essa relacionada com o movimento pragmático de retirar da fala do ator político aquilo que não pode ser dito dentro da notícia daquele veículo de informação. Essas ações não acontecem por acaso, mas cumprem um papel pragmático-discursivo de adequação ao posicionamento, de escolha, de recorte, de por em evidência um e não outro enunciado. Vejamos alguns exemplos em que esses apagamentos se processam:

(9)

JOSÉ SERRA: você disse com clareza no debate na FOLHA, na UOL, que era a favor da liberação do aborto, depois diz o contrário. (BAND)

UOL: Na questão do aborto, você disse isso no debate da Folha, no UOL, que era a favor do aborto.

(10)

DILMA ROUSSEFF: E aí o que aconteceu, há hoje uma denúncia em que você, o Juiz te denunciou e você hoje é réu por calúnia, pelo crime de calúnia e difamação. (BAND)

VEJA: “Você precisa ter cuidado para não ter mil caras, está sendo processado por calúnia.”

No exemplo da retomada da fala elaborada por UOL, em (9), podemos observar que há o apagamento da sequência “depois diz o contrário”, que se refere a Dilma, em forma de crítica, por ela não se posicionar claramente em relação ao aborto. Reconhecemos que as notícias sofrem coerções de conteúdos, muitas vezes devido à velocidade entre o acontecimento e sua publicização na *web*, que pode acabar impondo cortes a fim de, rapidamente, por a notícia em circulação. Contudo, é difícil acreditar que esse apagamento ocorra por acaso ou se deva às coerções do gênero relacionadas ao trabalho do jornalista propriamente dito.

Quando o site retoma a fala de Serra, ao dizer que Dilma Rousseff é a favor do aborto e omite “depois diz o contrário”, parece-nos que esse apagamento deixa de comprometer a candidata como uma pessoa que se diz a favor em um momento e contra em outro, não caracteriza Dilma como contraditória, sentido produzido pela fala de José Serra. Para todo político, é muito importante ter uma posição que não evidencie desvios de conduta, de moral, o *ethos* de virtuoso seria abalado se, uma hora, a candidata se posicionasse de uma forma, e outra hora, de outra.

Em (10), também se opera um apagamento quando VEJA exclui da lista de crimes de Serra, levantados por Dilma, a “difamação”. Em termos jurídicos há diferença entre calúnia e difamação. Embora ambas estejam muito próximas, de acordo com Gonçalves (1999) a calúnia consiste em atribuir, falsamente, a uma pessoa a prática de um ato criminoso. Já a difamação consiste em atribuir a alguém um fato que seja desonroso, que ofenda a reputação de alguém.

Nesse sentido, os apagamentos de “difamação” e do autor da denúncia, o Juiz, provocam relevantes efeitos de sentido, por dois motivos: porque “difamação” e “calúnia” são termos jurídicos que não representam um único tipo de crime; porque ser acusado por calúnia e difamação por seu oponente político poderia ser, de certa forma, aceitável dentro de uma disputa política. Mas, ser acusado por um Juiz tem um peso maior, em termos de argumentação, se pensarmos que o Juiz, autoridade em direito, conhecedor das leis, é quem irá julgar o candidato que teria caluniado e difamado outrem. Aparentemente, ser denunciado por um Juiz é estar direcionado à condenação. Esses sentidos são apagados pelos recortes operados por VEJA. Esses apagamentos parecem estar relacionados com a posição política de cada jornal ou revista.

O apagamento que levantamos neste tópico não diz respeito somente a exclusões de trechos ou palavras. As sobreasseverações, e mesmo as citações, em si já são evidências de silenciamentos que produzem sentidos. O processo de destextualização já é, em parte, responsável por esse apagamento, pois quem seleciona um texto o faz de um lugar discursivo, para expor aquilo que convém a seu posicionamento.

A manobra de apagamento operacionaliza, ainda, outros mecanismos de silenciamento, como podemos observar nos exemplos (9) e (10), em que há o apagamento de trechos ou de palavras, o que nos permite compreender que o silêncio funciona de maneiras diferentes nos diferentes processos de recorte, seleção e circulação de discursos.

A manobra de omitir ou de apagar parte ou partes do texto destacado está presente em quase todos os exemplos aqui levantados. São mais do que adequações entre as modalidades da fala e da escrita, indo além do uso do discurso direto e das aspas. Acreditamos, como foi possível observar nos exemplos (9) e (10), e como veremos nos demais, que essas retomadas de fala são tomadas de posição que, pelo uso dessas manobras, operam um direcionamento pragmático de sentidos dentro do texto.

3.2.4 Inversão do tom

No capítulo 1, levantamos algumas características relacionadas ao conceito de *ethos* discursivo, entre elas a de tom. Na construção da notícia *online*, o tom tem papel fundamental no direcionamento da cenografia que se quer construir. Em algumas situações, para se adequar ao posicionamento dos veículos de informação, procede-se o

apagamento de uma sobreasseveração realizada no calor da revolta, substituindo-a por um relato mais neutro e objetivo, num trabalho de inversão do tom. É o que verificamos em:

(11)

DILMA ROUSSEFF: [...] Agora, o que não está certo, por exemplo, é a sua esposa, a dona Mônica Serra, eu vou dizer o que ela falou, ela disse “a Dilma é a favor da morte de criancinhas”. É tão absurda a acusação que mostra a característica desse processo, dessa campanha que é uma campanha contra mim e que usa uma coisa que o Brasil não tem, o ódio. (BAND)

TERRA: A candidata do PT concluiu seu ataque afirmando que esse tipo de tratamento traz para o Brasil algo que não é da característica do brasileiro.

A fala de Dilma em (11) se volta (ou se revolta) contra acusação da esposa de José Serra sobre ela ser “a favor da morte de criancinhas”. Nesse sentido, o tom do discurso da candidata petista é o de vitimização em relação às acusações. Essa afirmação é confirmada quando Dilma atribui àquele discurso o “ódio”. O tom está relacionado com o *ethos* construído no discurso de Dilma. A candidata se vitimiza pelas acusações, relacionando essa cenografia aos ataques frequentes a ela direcionados. A sobreasseveração do TERRA inverte esse tom de vitimização da candidata, dando à notícia um tom de ataque, que inverte também a cenografia.

Não podemos deixar de notar que a fala de Dilma, sob forma de sobreasseveração, acentua que o ódio é uma “coisa que o Brasil não tem”. O site TERRA fala em “algo que não é da característica do brasileiro”. As duas falas se referem à mulher de José Serra, Mônica Serra, que é chilena. Por isso o ódio na fala de Dilma é direcionado a “uma coisa que o Brasil não tem” e que, supostamente, caracterizaria um estrangeiro.

Essa interpretação não está acessível a todos, mas é facilitada pela sobreasseveração do TERRA, que apaga a palavra ódio e a transforma em “tratamento”, dizendo que é “algo” que não é da característica do brasileiro. Inferese, portanto, que o “ódio” é da característica de outros povos que não os brasileiros e pode-se chegar à conclusão de que quem proferiu a pequena-frase “Dilma é favor da morte de criancinhas” não seja brasileira, mas a chilena Mônica Serra. Mesmo que essa informação não faça parte da memória dos leitores, ao dizer que o brasileiro não tem

ódio, a candidata contribui para a criação de uma cenografia de vítima e põe em relevo um discurso do tipo incontestável, generalizante, sob o ponto de vista de um estereótipo de um povo cordial, que não tem ódio. Dessa forma, podemos interpretar que existe aqui uma confluência da sobreasseveração com a aforização.

A referida aforização remete, de certa forma, a Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 146) que caracteriza o brasileiro como “homem cordial”, e afirma que “a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade”. O autor informa que “cordial” vem de coração, portanto podemos relacionar essa característica com sentimentos como amor e perdão, em contraste com os sentimentos de ódio ou de vingança. Dilma Rousseff, em (11), apropria-se desse conceito de cordialidade, afastando o “ódio” do povo brasileiro, direcionando esse sentimento a estrangeiros, pessoas de outros países, como é o caso de Mônica Serra, esposa de seu rival.

A informação dada pelo site TERRA altera a fala de Dilma, como podemos perceber em (11), porém dizer que ter ódio “não é característica do brasileiro”, facilita a interpretação a que Dilma expõe em sua fala, “coisa que o Brasil não tem”. Grande parte do eleitorado de Serra, acreditamos, pode fazer esse resgate e relacionar a mulher de Serra à outra nacionalidade e, portanto, ao “ódio”.

3.2.5 Substituição de palavras ou frases

Algumas substituições ou alterações de palavras ou frases inteiras podem evidenciar mudança de sentido no discurso relatado, uma vez que as palavras possuem sentidos diferentes quando estão inseridas em textos provenientes de posicionamentos diferentes.

(12)

JOSÉ SERRA: Em relação à questão do aborto, você disse com clareza no debate na FOLHA, na UOL, que era a favor da **liberação** do aborto, depois diz o contrário; as pessoas cobram coerência. Isso não são estratégias de adversários, essas são coisas que vão acontecendo, poderia dar vários outros exemplos, aí se trata de ser coerente, de não ter duas caras: uma hora uma, outra hora outra. (BAND, grifo nosso)

BAND: O tucano declarou também que Dilma não mostra suas posições, como sua visão sobre a **descriminalização** do aborto.

UOL: o tucano acusou a petista de mudar de opinião sobre a **legalização** do aborto. (grifos nossos)

A BAND interpretou a fala de José Serra como uma “declaração” de ausência de posição sobre a visão de descriminalização do aborto da candidata Dilma. Na fala de Serra, não há a palavra “descriminalização” e sim uma afirmação de que Dilma, no debate na FOLHA, teria se posicionado a favor da liberação do aborto. Ser “a favor da liberação do aborto” é diferente de não mostrar posição “sobre a descriminalização do aborto”, pois no primeiro caso atribui-se uma posição de aceite, uma posição de “ser a favor de” em relação a um crime, o aborto; o segundo distancia a questão do crime e pode ser interpretado como a possibilidade de o aborto ser permitido e não mais ser visto como um ato criminoso.

Ser a favor da descriminalização é ser a favor de políticas que evidenciem o que é ou não crime, subtendendo-se que há situações em que abortar não seria um ato criminoso. Ainda, “não mostrar suas posições” sobre implicar ser ou não ser a favor do aborto, sem significar, necessariamente, não ter uma posição sobre ele. “Liberação do aborto”, como disse José Serra, pode ser interpretado como “se liberado, faz o aborto quem quiser”. Ser a favor da descriminalização também pode ser entendido dessa forma, mas descriminalizar envolve o sentido de ação em relação a algo que é considerado crime, o que pode comprometer uma interpretação positiva do termo.

Já “legalizar” não remete necessariamente à ideia de que “todos podem fazer aborto”; tampouco traz a menção de crime à palavra. “Legalização” permite a interpretação de que a lei restringirá a ação do aborto, definindo em um documento legal o que é ou não é um aborto, em que circunstâncias ele seria aceitável e, da mesma forma, em que situações ele passaria a ser considerado crime. A alteração desses vocábulos atende a uma manobra pragmática de direcionamento de sentidos. A crítica de incoerência a que Serra expressa em sua fala, em (12), é silenciada pela BAND.

3.2.6 Referência à unidade partidária

Outra manobra no processo de relato de fala refere-se à alteração dos sujeitos. Como sabemos, os sujeitos políticos representam um partido político ou uma coligação. A história do partido geralmente influencia a escolha dos candidatos pelo eleitor. A unidade representada pelo partido é tão forte que a representação do candidato passa a

ser, em diferentes discursos, a própria representação do partido, como nos exemplos a seguir:

(13)

DILMA ROUSSEFF: Vocês perderam 31,7% das ações do povo brasileiro e ao mesmo tempo só conseguiram arrecadar 7 bilhões de dólares, [...]. (BAND, grifo nosso)

BAND: Ao comentar sobre o processo de capitalização da Petrobras, a petista declarou que **o governo liderado por Fernando Henrique Cardoso** perdeu participação na empresa. (grifo nosso)

Na fala de Dilma Rousseff, em (13), atribui-se a “Vocês” a responsabilidade pela perda de “31,7% das ações do povo brasileiro”. A afirmação é forte e enseja prejuízo para a população. A BAND altera o trecho, transformando-o em uma declaração de que o “governo liderado por Fernando Henrique Cardoso” teria perdido participação na empresa estatal. Essa substituição do pronome pessoal “vocês”, que pode assumir uma interpretação indeterminada⁶², traz diferentes referentes para a enunciação revelando sua pluralidade, ou seja, o discurso de acusação de Dilma é dirigido a dois locutores (2ª e 2ª pessoas), José Serra e seu partido político. BAND, em (13) unifica-os em um único referente: “o governo liderado por Fernando Henrique Cardoso”, personificando o partido.

Na alteração promovida pela BAND, o substantivo definido “governo liderado por Fernando Henrique Cardoso” substitui a indefinição de “vocês” e atribui ao governo de “Fernando Henrique” a perda na participação da empresa. Embora Serra esteja envolvido nos dois casos, no segundo há uma centralização na figura do ex-presidente Fernando Henrique e sua equipe de governo. A BAND ainda substitui os exatos “31,7% das ações” por “perda na participação da empresa”. A referência a um personagem político do partido está relacionada com a memória social.

3.2.7 Transformação de declaração em interrogação

A transformação de uma frase afirmativa em outra interrogativa também se revela uma manobra que pode incidir em uma sobreasseveração, como vemos em:

⁶² Conforme a Gramática do Português Culto falado no Brasil (ILARI; NEVES, 2008, pp.509-616), em capítulo dedicado aos Pronomes pessoais, ou ainda Gramática do Português Brasileiro (CASTILHO, 2010, pp. 453-472), em capítulo sobre o sintagma nominal.

(14)

DILMA ROUSSEFF: [...] eu sou contra tratar a questão das mulheres, das duas mulheres que morrem por dia, ou um dia sim um dia não, por aborto, como uma questão de polícia. **Entre prender e atender, eu fico com atender.** (BAND, grifo nosso)

CARTA CAPITAL: “O que vamos fazer com essas mulheres, atender ou prender?”

A fala de Dilma Rousseff, em (14), é uma pequena frase (uma sobreasseveração, como já vimos) que afirma sua preferência por atender à prender. O discurso revela um tom de assistencialismo e remete a políticas públicas que amparem mulheres que praticaram o aborto. A pequena frase, que já beneficia a circulação desse enunciado, é modificada pela CARTA CAPITAL, que processa uma substituição do discurso afirmativo por um interrogativo. Mas, a sobreasseveração não perde sua força, ao ser transformada em pergunta: “O que devemos fazer com essas mulheres, atender ou prender?”.

Além do efeito de maior adesão, essa pergunta conclama o leitor participar da afirmação de Dilma Rousseff. Esse tipo de pergunta é irrefutável, uma vez que ninguém ousaria optar por prender uma mulher que praticou o aborto e procura ajuda médica. Ao trazer o eleitor para participar dessa escolha, o veículo parece compartilhar da posição da candidata, assumindo a mesma opção dela. Daí decorre uma mudança de sujeito, na alteração da sobreasseveração operada pela CARTA CAPITAL: Dilma, que havia falado em seu próprio nome, passa a ser um dentre todos os interlocutores que devem decidir o que fazer. Essa manobra parece buscar a adesão dos eleitores que, frente a um questionamento como esse, estariam juntos com Dilma, ao mesmo tempo em que funciona como argumentação em relação às críticas levantas por Serra sobre o aborto. É como se CARTA CAPITAL questionasse: você não concorda que se deve atender em vez de prender? Essa manobra discursiva de coparticipação do eleitor não se processa no exemplo a seguir:

(15)

JOSÉ SERRA: Sabe qual seria o Brasil do PT? O Brasil do orelhão, é o que a Dilma e o que seus amigos teriam feito caso tivessem o governo naquela época, porque ninguém teria celular. (BAND)

CARTA CAPITAL: “A era do PT seria a era do orelhão”.

BAND: Para o tucano, sem a privatização da telefonia, o Brasil seria ainda o “país do orelhão”.

Em (15), a questão que José Serra levanta é respondida por ele mesmo, não há alteração de destinatários. Tanto a BAND quanto a CARTA CAPITAL fazem as sobreasseverações sobre essa fala: “A era do PT seria a era do orelhão” e “o Brasil seria ainda o ‘país do orelhão’”. Devido à presença de um “nós inclusivo”, a força pragmática do exemplo (14) é maior que o de (15), em que há apenas a mudança no tipo de frase. Portanto, a manobra de inclusão do leitor somada ao questionamento promove uma maior adesão.

3.2.8 Topicalização

Como pontuamos no início, a abordagem de uma mesma sobreasseveração pode conter diferentes manobras de funcionamento e a opção por diferenciá-las nesse trabalho é metodológica, pois a separação nos permite um olhar mais aprofundado às manobras diferenciadas. No discurso, essas manobras formam um todo, são inseparáveis.

A mudança de topicalização⁶³ é uma manobra que propicia a destacabilidade de um termo, dentro de um enunciado, ao colocar em primeiro plano o que é tido como mais importante. Vejamos o exemplo:

(16)

DILMA ROUSSEFF: é tão absurda a acusação que mostra a característica desse processo, dessa campanha que é uma campanha contra mim e que usa uma coisa que o Brasil não tem, **o ódio**. (BAND, grifo nosso)

CARTA CAPITAL: “**Isso é ódio**, coisa que o Brasil não tem”. (grifo nosso)

Ao topicalizar o “ódio”, CARTA CAPITAL dá maior ênfase à interpretação que fizemos anteriormente sobre essa não ser uma característica do brasileiro, assim como

⁶³ Compreendemos topicalização como uma manobra de pôr em evidência um elemento no texto, que é deslocado para a posição inicial (GONÇALVES, 1997).

altera o tom do discurso, intensificando-o, uma vez que a palavra ódio, por si só, já possui força expressiva que, de certa forma, ficou abafada no final do discurso anterior.

Trazê-la para o início é uma manobra discursiva que põe em destaque aquilo que é mais importante, que pode gerar polêmica. Essa posição inicial de “ódio”, também poderia promover a circulação desse texto como pequena-frase, além de auxiliar na manutenção da cenografia de vitimização criada pelo discurso da revista.

3.2.9 A construção/manutenção da cenografia na notícia *online*

Em todas as notícias analisadas, a cena enunciativa é construída no início das notícias, em forma de introdução sobre os acontecimentos do debate. Acreditamos que, pela recorrência, isso pode ser uma característica da cena genérica (gênero notícia *online*) também marcada pela cena englobante do discurso (político) narrado nas notícias.

(17)

CARTA CAPITAL: “Lamento suas mil caras, Serra”. Esse foi um dos motes do primeiro debate do segundo turno entre os candidatos à Presidência Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). A petista não ficou na defensiva. Ao contrário, acuou o tucano em vários pontos: da campanha de calúnias na internet às privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso, passando pela venda do banco Nossa Caixa para o Banco do Brasil.

A cenografia é construída pelo discurso citado, mas se sustenta nos comentários do decorrer das notícias. Essa sustentação da cenografia funciona por meio das escolhas lexicais que retomam a todo tempo a cenografia que se quer legitimar. No exemplo (17) de CARTA CAPITAL, um recorte da fala de Dilma é topicalizado na introdução, considerado “mote” do debate em tela. Toda a construção dessa introdução (que é uma manobra de sintetização da enunciação) está relacionada à candidata Dilma Rousseff, de forma a interpretá-la como uma pessoa ativa no debate, que acua seu adversário e se defende de calúnias. As escolhas lexicais para a construção dessa cenografia, como “defensiva”, “acuou”, “adversário”, lembram uma luta, um embate, uma disputa em que um ou outro será o vencedor. A cenografia criada pelo título evidenciado em (2) é sustentado pelas escolhas lexicais no texto em (17) no interior dos relatos e comentários de fala.

A mesma cenografia de confronto foi criada pelo discurso de VEJA,

(18)

VEJA: Com apenas dois candidatos no palco, o debate presidencial na televisão renasceu neste domingo. José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) se confrontaram de fato na Bandeirantes – com ideias e projetos, mas também procurando, cada um deles, minar a credibilidade do adversário.

Ao optar por “se confrontam”, VEJA evidencia esse embate entre os presidenciáveis. Opera-se uma retomada do título da notícia em “o debate presidencial na televisão renasceu neste domingo” (2), e incluem-se informações para que o leitor compreenda o porquê de o debate ter renascido. A interpretação é orientada tanto para o confronto entre os dois candidatos, quanto para a retomada dos debates anteriores, que eram, em grande medida, criticados pela mídia por não exporem ideias e projetos, como menciona VEJA.

O tom dos discursos é ainda direcionado para acusações entre os candidatos, reforçando a cenografia de confronto, ao informar o leitor que a exposição das ideias e dos projetos acontecia com os dois candidatos, que procuravam “minar a credibilidade do adversário”. Essa expressão não pode ser entendida como um ato passivo dos sujeitos políticos, mas como um ato ativo de um sujeito que se utiliza da fala para o ataque, para diminuir, abater a credibilidade do outro. Em (18), VEJA não se posiciona em relação a um possível vencedor do debate, assim como não o fez no título em (2). O que podemos inferir do texto, ainda, é que há um renascimento justamente por causa do confronto e da ação de um candidato minar a credibilidade do outro. Se isso renasceu, é porque antes morreu ou deixou de existir.

A cenografia de luta pode ser ainda mais evidente, como acontece na construção discursiva do UOL:

(19)

UOL: A postura agressiva adotada por Dilma Rousseff no debate da Band provocou reações fortes de seus aliados e de seus adversários. Separados apenas por um corredor no auditório da emissora, petistas (do lado direito) e tucanos (do lado esquerdo) manifestaram-se várias vezes durante o encontro com risos, vaias e comentários.

Em (19), UOL atribui à candidata um caráter de agressividade que teria desencadeado todo um clima bélico no debate político promovido pela BAND. Na descrição feita pelo site UOL, as reações foram negativas dos dois lados: tanto “petistas (do lado direito)” quanto “tucanos (do lado esquerdo)” se manifestaram, e essas manifestações foram em forma de “risos, vaias e comentários”. Como risos e vaias são pejorativos, compreendemos que os comentários, nesse sentido, também o são. Mantém-se, assim, a cenografia do debate como uma batalha.

(20)

TERRA: A candidata petista foi **para o ataque** desde a primeira pergunta do debate.

TERRA: Ao responder, **Serra bateu no PT**.

VEJA: Serra **enfrentou** bem as duas investidas – e soube **contra-atacar**. (grifos nossos)

As sínteses dos debates, presentes na introdução da notícia, constroem a cenografia na enunciação, na produção do discurso; isso é recorrente em todas as notícias que compreendem nosso *corpus*. A manutenção dessa cenografia, como podemos observar nos exemplos deste tópico, dá-se pelas escolhas lexicais que manifestam coerência entre o todo que a cenografia produz. Nesse sentido, os enunciados postos em relevo sob forma de títulos ou manchetes possuem um poder cenográfico: com traços discursivos mínimos eles evocam toda uma cenografia, que frequentemente não coincide com o texto destacado. Isso se justifica no trabalho de adequação realizado pela maquinaria midiática para adequar a notícia ao posicionamento do veículo de informação que a produz. Ao mesmo tempo em que a cenografia constrói a notícia, as notícias recenografam o debate político-televisivo ao adotar uma tomada de posição na construção do relato.

3.2.10 Circulação de pequenas frases

Além do exemplo de pequena frase pronunciada por Dilma sobre o aborto, já suficientemente comentado, destacamos outras que também pertencem à lógica da sobreasseveração. Trata-se, como vimos em 1.3, de enunciados curtos que não estão presos aos gêneros e transitam com certa facilidade em diferentes campos, diferentes posicionamentos, o que lhes permite circular também pelas notícias *online*.

O discurso político em geral é profícuo na produção de pequenas frases, como pudemos perceber durante a análise. Nas notícias *online* que compõem nosso *corpus*, essas frases estão presentes com certa frequência, o que nos permite observar que elas se manifestam nas citações em discurso direto com pequenas alterações que não as modificam, mas, pelo contrário, mantêm o sentido estabilizado que lhes dá vida.

(21)

JOSÉ SERRA: Olha é só chegar campanha eleitoral o PT volta sempre com essa história, só que ele é, como se dizia no Chile, como padre Gatica: predica e não pratica. (BAND)

TERRA: "O PT predica, mas não pratica", disse.

O exemplo (21) de TERRA sintetiza em uma pequena-frase a posição do locutor-fonte. Trata-se, portanto de uma aforização. A troca da conjunção “e” pela conjunção “mas”, na citação não altera o sentido do enunciado, pois as duas relações são de contraste. A expressão “Padre Gatica: predica e não pratica” é de origem chilena, onde José Serra ficou exilado durante anos e onde, provavelmente, conheceu sua esposa. Esse provérbio é equivalente ao “faça o que eu digo e não o que eu faço” e ao atribuí-lo à candidata Dilma Rousseff, o efeito de sentido produzido é de um tom de falsidade, pois a fala da candidata não seria condizente com as suas atitudes, ela seria contraditória em suas afirmações. A síntese de (21) também pode ser observada no exemplo que segue:

(22)

DILMA ROUSSEFF: [...] o professor pra ser valorizado, ele precisa de ganhar bem, e mais, ele precisa de ter formação continuada. Não se pode, também, estabelecer com o professor uma relação de atrito quando o professor pede melhores salários, recebê-los com cassetetes ou interromper o diálogo. **O diálogo é fundamental no respeito a essa profissão.** (GLOBO, grifo nosso)

ÉPOCA: Dilma aproveitou para atacar Serra quando ambos foram questionados sobre educação. Como já havia feito em outros debates, lembrou a relação crítica do governo do PSDB com a categoria, e a repressão às greves. **“Não há diálogo ao se receber professor com cassetete”.** (grifo nosso)

Esses dois excertos em (22) demonstram que tanto os atores políticos quanto a maquinaria discursivo-midiática produzem pequenas frases. Nesses trechos, por meio de

um processo de síntese, que envolve alguns conceitos já observados nesse trabalho, uma pequena frase é produzida pelo site. “Não há diálogo ao se receber professor com cassete” é uma pequena frase que não foi dita literalmente pela candidata, mas é apresentada entre aspas e atribuída a ela. Ou seja, a revista ÉPOCA atribui a Dilma uma sobreasseveração. É interessante notar que a candidata havia efetivamente produzido uma pequena-frase, não a que o site colocou em circulação, mas outra: "O diálogo é fundamental no respeito a essa profissão". Da comparação entre ambas, concluímos que a sobreasseveração “atribuída” à candidata pela revista é mais enfática que a produzida por ela.

Com base nas discussões realizadas em 1.3, podemos afirmar que o exemplo (21) é um caso de aforização (um ditado chileno), um enunciado destacado, autônomo, que é evocado na fala de Serra. A retomada de TERRA é uma sobreasseveração produzida na notícia e atribuída ao ator político. Por sua vez, o exemplo (22) é uma sobreasseveração, uma síntese de um posicionamento sob forma de destaque efetuado pelo locutor-fonte (no caso, Dilma), que é alterado (para melhor) pelo site ÉPOCA. Não se trata aí, de um enunciado “destacado”, mas “destacável”. Como já dissemos, dependendo de sua circulação, um elemento destacável pode tornar-se, posteriormente, destacado, transformando-se em aforização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de nos aprofundarmos nos estudos sobre enunciados destacados e destacáveis que compõem as notícias *online*, aproximamos dois gêneros, o debate político-televisivo dos candidatos à presidência no segundo turno das eleições de 2010, e as notícias *online* que versam sobre esses debates, a fim de observar as manobras que incidem sobre citações e sobreasseverações, desde o texto-fonte, em que o discurso é efetivamente proferido por um ator político-social, no debate político-televisivo, até a sua publicização pela máquina midiática, por meio das notícias *online*.

Em nossa análise, constatamos a existência de dois diferentes tipos de manobras, que agrupam características comuns no processamento de destaque dado a um enunciado retirado de um contexto para funcionar em outro. São elas:

i. manobra de síntese, em que, sob o pretexto de resumir a enunciação, os jornais e revistas *online* se posicionam e sugerem que aquela é a única interpretação possível de relatos de fala dos atores políticos ou da enunciação do debate, silenciando informações e o próprio posicionamento discursivo do veículo;

iii. manobras de alteração de sentido, que compreendem processos como: ampliação; omissão/exclusão de informações; inversão do tom; inserção de informações; substituição de palavras ou frases; referência à unidade partidária; transformação de declaração em interrogação; topicalização; ênfase em efeitos cenográficos e circulação de pequenas frases.

Nossa análise nos mostrou que uma mesma citação ou sobreasseveração pode sofrer diferentes manobras de funcionamento, atreladas às coerções da maquinaria discursivo-midiática, e a opção por diferenciá-las neste trabalho é puramente metodológica, uma vez que a separação nos permite um olhar mais aprofundado sobre os processos discursivos aí envolvidos.

No batimento da análise, observamos que os enunciados em destaque fazem parte do mecanismo de uma sofisticada e complexa maquinaria discursivo-midiática, que produz e põe em circulação notícias *online*. As seleções e torções efetuadas pelos veículos de informação na construção das notícias *online* evidenciam posicionamentos e

cumprem uma necessidade pragmático-discursiva de adequação da enunciação à cenografia construída pela notícia e ao *ethos* do veículo.

As manobras a que nos referimos mostraram-se características da maquinaria discursivo-midiática, fundamentais para a construção das notícias *online*, pois os destaques movimentam, silenciam, incluem, invertem sentidos e modificam contextos/frases/pessoas gramaticais, produzem pequenas frases que circulam com maior ou menor impacto na sociedade, e assumem posicionamentos que se relacionam a um público-leitor específico, delimitado pelo veículo de comunicação, e, também ele, parte integrante da engrenagem midiática.

Além de satisfazer uma inquietação pessoal, acreditamos que nosso percurso possa contribuir para o estudo dos gêneros que nos servem de *corpus* e trazer alguns ganhos em termos teóricos, uma vez que essa especificação mais ampla da funcionamento da citação e, particularmente, da sobreasseveração, possibilita um aprofundamento da teoria cunhada por Maingueneau, em *Análise do Discurso*, pois traz à tona os mecanismos envolvidos nesse funcionamento.

Em nosso trabalho, observamos que embora o leitor da notícia *online* não tenha acesso ao texto-fonte (os debates político-televisivos), o que caracteriza o destacamento efetuado nas notícias *online* como forte, não há necessidade de retornar ao original, porque se operam na construção da notícia *online*, diferentes manobras que afastam ilusoriamente a possibilidade de o texto ser parcial. Desta forma, acreditamos que foi possível observar que as manobras discursivas que incidem sobre a construção da notícia *online* recenografam os debates político-televisivos. Os resultados demonstram que o trabalho pode contribuir para estudos diversos nos campos da política, mídia, ciências sociais, linguística, e outros que se interessem pelo estudo do texto em uma perspectiva discursiva.

Aos demais leitores, o trabalho pode ser interessante por ajudá-los a serem mais atentos em suas leituras. Pode, por fim, contribuir para a prática de professores em sala de aula, uma vez que evidencia os mecanismos das práticas midiáticas e políticas veiculadas em notícias *online* como as que nos servem de *corpus*. Esperamos que este estudo possa suscitar percursos ainda não realizados, em torno dos conceitos aqui levantados e que deram suporte à reflexão e análise de citações e sobreasseverações em notícias *online*.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica do *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9-28.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogenité Montréal et Heterogenité Constitutive : éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV Revue de linguistique**. Paris, Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 26, 1982.

_____. Heterogeneidade(s) Enunciativas. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n. 19, p. 25-42, Jul/dez, 1990.

_____. **Entre a Transparência e a Opacidade. Um Estudo Enunciativo do Sentido**. Tradução de E. Lemos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALDESSAR, Maria José; ANTUNES, Thomas Michel; ROSA, Gabriel Luis. **Hipertextualidade, multimídia e interatividade: três características que distinguem o Jornalismo Online**. Disponível em: http://www.abciber.com.br/simposio2009/trabalhos/anais/pdf/artigos/5_jornalismo/eixo_5_art22.pdf. Acesso em: 20 mai 2012.

BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

_____. A face do Brasil mostrada nas citações da Revista Veja. **Polifonia**. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem do Mestrado do Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Ano 17, nº 19, 2009. Cuiabá: Editora Universitária, p. 1-28.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

BRAGA, D. Prós e Contras: o debate político televisivo como sub-gênero/sub-tipo de interação verbal. **Revista Galega de Filoloxía**, 7: 29-65, A Coruña, 2006.

CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W.L. (Ed.) **The Pear Stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production**. Norwood: Ablex, 1980.

CHARAUDEAU, Patrick. **A palavra confiscada**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

_____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CITELLI, Adison. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

EDO, Concha. El lenguaje y los géneros periodísticos en la narrativa digital. In: BARBOSA, Suzana (Org.). **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã: Labcon, 2007 p. 7-23. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf. Acesso em: 01 mai 2012.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. **Focalização no Português do Brasil**. Tese de Doutorado em Lingüística. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 401p., mimeo, 1997.

GONÇALVES, Victor Eduardo. **Direito Penal: dos Crimes Contra a Pessoa**. São Paulo: Saraiva, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOCH. Ingedore Grunfield Villaça. Especificidades do texto falado. In: JUBRAN, C.C.A.S; KOCH, I. G. V. (Orgs.) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Construção do texto falado**. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 39-46.

KRIEG-PLANQUE, Alice.; OLLIVIER-YANIV, Caroline. Les “Petites Phrases”: un objet pour l’analyse des discours politiques et médiatiques. **Communication & Langages**, Paris, n° 168, juin 2011a, p. 23-42.

KRIEG-PLANQUE, Alice. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar. **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011b. Entrevista concedida a Philippe Schepens.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008a.

- _____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008b.
- _____. **L'enonciation Aphorisante**. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUISTICA. Anais ... Belo Horizonte: UFMG, 2008c, p. 155-164.
- _____. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. **Análise de Textos de Comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.
- _____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2011b, p. 69-92.
- _____. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011c, p. 11-29.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para escrita: atividades de retextualização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARTINEZ, Adriana Garcia. A construção da notícia em tempo real. In: POLLYANA FERRARY, Poliana et alli. (orgs.). **Hipertexto hipermídia: as novas ferramentas da comunicação**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 13-28.
- NOGUEIRA, Luís. Jornalismo na rede: arquivo, acesso, tempo, estatística e memória. In: FIDALGO, A.; SERRA, P. (Orgs.). **Informação e Comunicação Online, Volume I - Jornalismo Online**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 159-169.
- ORLANDI, Eni Puccineli. **As formas de silêncio**. Campinas: UNICAMP, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 2004.
- POSSENTI, Sírio. Pragmática na Análise do Discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 30, p. 71-84, Jan/Jun, 1996.
- _____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009b.
- _____. Sobreasseveração e interpretação. In: POSSENTI, Sírio; BENITES, Sônia, A. L. (Orgs.). **Estudos do texto e do discurso: materialidades diversas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 37-52.
- ROMUALDO, Edson Carlos. O discurso relatado em depoimentos da justiça: formas e funções. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, Maringá, v.25, n.2, p. 233-40, 2003.

SALGADO, Luciana Salazar. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. São Paulo: Annablube; FAPESP, 2011.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. Discursividade e espaço discursivo. In: FIGURO, Roseli (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012, p.99-118.